



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
SEGURANÇA URBANA

## **A CAMPANHA DE DESARMAMENTO E CONTROLE DE ARMAS**

**A EXPERIÊNCIA DA CIDADE DE SÃO PAULO**





**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
SEGURANÇA URBANA

# **A CAMPANHA DE DESARMAMENTO E CONTROLE DE ARMAS**

## **A EXPERIÊNCIA DA CIDADE DE SÃO PAULO**

**Secretaria Municipal de Segurança Urbana**





**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**

Prefeito de São Paulo  
Gilberto Kassab

## Introdução

A discussão da reativação da campanha do desarmamento foi provocada em 2008 pelo Secretário Eduardo Jorge, do Verde e do Meio Ambiente que soube que o governo federal pretendia retomá-la. Imediatamente foram feitos contatos pela Secretaria de Segurança Urbana com o então ministro Tarso Genro, com o Instituto Sou da Paz assim como com os Secretários Municipais de Direitos Humanos, Jose Gregori, Esportes Walter Feldman, da Educação, Alexandre Schneider e da Participação e Parceria Ricardo Montoro, todos ativista dos movimentos de cultura de paz e das ações para redução da violência e dos homicídios.

O prefeito Gilberto Kassab, que já participara ativamente da primeira campanha, deu todo apoio e estímulo para a Campanha de Desarmamento, para que fosse estruturado o Grupo de Trabalho no Gabinete de Gestão Integrada, assim como formalizar parceira com o Ministério da Justiça o que aconteceu junto com lançamento da campanha pelo governo federal.

O intuito deste livro é retratar as articulações e diferentes medidas que foram adotadas ao longo desta campanha, os benefícios do trabalho integrado e em rede. Ao longo desse trabalho, vários avanços foram conquistados e muitos desafios foram vencidos. Chama atenção dois estudos sobre o impacto da retirada de armas de fogo de circulação na redução dos homicídios. Um, do IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, que conclui que a cada 18 armas entregues voluntariamente uma vida é poupada. Outro estudo, da CAP-Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria Estadual da Segurança Pública de São Paulo informa que a cada dez armas apreendidas uma vida é poupada, evidenciando assim a importância do recolhimento voluntário de armas quanto a ênfase das Polícias na apreensão de armas ilegais.

Nos 4 anos de atuação da Campanha de Desarmamento, entre agosto 2009 até novembro 2012, foram recolhidas 4.823 armas de fogo nos Postos da Guarda Civil Metropolitana, o que representa 268 vidas salvas.

São também expressivos os dados das Polícias Civil e Militar, não só no recolhimento de armas entregues voluntariamente, mas também quanto ao número de armas apreendidas, conforme indicado pela CAP-SSP. Esse trabalho colabora significativamente para a redução dos índices de homicídios.

O Grupo de Desarmamento do GGI-M foi transformado em Comitê de Controle de Armas e Desarmamento e, com isso, ampliou sua ação e articulação para melhor controlar e proteger os estoques de armas existentes, agilizar a destruição, fortalecer o desarmamento e a redução dos homicídios dolosos.

As principais medidas, eventos, o balanço das ações e dos resultados serão apresentados neste livro, incluindo relatos dos treze membros do Comitê do Controle de Armas e Desarmamento, representantes de organismos federais, estaduais, municipais e da sociedade civil a quem agradeço muito pelo comprometimento e parabênizo os pelos resultados alcançados. Destaco o Instituto Sou da Paz, sempre presente e que coordenou o grupo técnico e o Comitê do GGI-M.

**Edsom Ortega**  
**Secretario Municipal de Segurança Urbana**  
**Secretário do Gabinete de Gestão Integrada de São Paulo**

## Sumário

História das Campanhas de Desarmamento. ....	8
Campanha nacional 2008 - 2009 .....	9
O papel da Guarda Civil Metropolitana na Campanha do Desarmamento .....	12
Como Participar da Campanha Nacional de Desarmamento Cidadão.....	13
Campanha do Desarmamento – Sambódromo do Anhembi - 2010 .....	15
Campanha do Desarmamento – Estádio do Pacaembu .....	16
Ato pela vida .....	17
Atos simbólicos de destruição de armas .....	17
Balanco da Campanha do desarmamento 2012 .....	19
O recolhimento de armas de fogo pela GCM .....	20
Campanha de Desarmamento Infantil .....	23
Religiões Unidas Pelo Desarmamento .....	25
Arma de Fogo e Violência em São Paulo .....	32
Os atores com responsabilidade legal pelo Controle de Armas .....	36
A implementação das ações	
Aliança entre a Prefeitura de São Paulo e o Terceiro Setor .....	39
2.2. O Comitê do Controle de Armas e	
Desarmamento no âmbito do GGI	
Arranjos institucionais e seus efeitos .....	41
O caso da Campanha Unidos pelo Desarmamento .....	42
2.3. Atuação em diversas frentes: Oferta, Estoque e Demanda	
Sou da Paz premia Guarda Civil Metropolitana pela	
Campanha de Desarmamento .....	46
Reunião do Comitê de Controle de Armas e Desarmamento de São Paulo	
define estratégias para o mês de dezembro e para o próximo exercício .....	47
Ministério da Justiça .....	50
Departamento de Polícia Federal .....	51
Exército Brasileiro .....	52
Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo .....	53
Polícia Civil .....	56
Departamento de Polícia Judiciária da Capital – DECAP .....	57
Polícia Militar .....	58
Polícia Técnico Científica .....	58
Departamento de Inquéritos Policiais e Corregedoria da Polícia Judiciária .....	61
10. Instituto São Paulo Contra a Violência – Disque Denúncia .....	62

# Parte 1

Campanha de Desarmamento



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
SEGURANÇA URBANA

## 1 - História das Campanhas de Desarmamento

A primeira campanha de desarmamento do país aconteceu em 1997, em uma sala da Ordem dos Advogados do Brasil com um grupo de estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco quando o “Sou da Paz” era apenas um movimento. Os índices de homicídios cometidos com armas de fogo eram enormes (o estado tinha por volta de 12 mil assassinatos por ano) e vitimavam principalmente a população jovem. Em 12 dias de recolhimento no mês de novembro, 1.721<sup>1</sup> foram entregues com o apoio da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, e como decorrência desta campanha bem sucedida no dia 10 de dezembro, em comemoração ao dia internacional dos Direitos Humanos, houve a primeira destruição pública de armas no país ocorrida na Praça da Sé.

A segunda campanha aconteceu logo após aprovação do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003). Mas foi em 2004 que a campanha efetivamente sai da informalidade que a caracterizava para ser realizada pela primeira vez<sup>2</sup>, de modo oficial, com o apoio do Ministério da Justiça, de polícias de todo o país, igrejas e movimentos sociais diversos. Neste novo formato eram garantidos ao cidadão o anonimato e uma indenização por arma (R\$ 100 e R\$ 300, de acordo com o modelo da arma). Nesta campanha nacional que se estendeu até 2005, quase meio milhão de armas foram recolhidas. A Guarda Civil Metropolitana de São Paulo participou ativamente desta campanha articulada com organizações da sociedade.

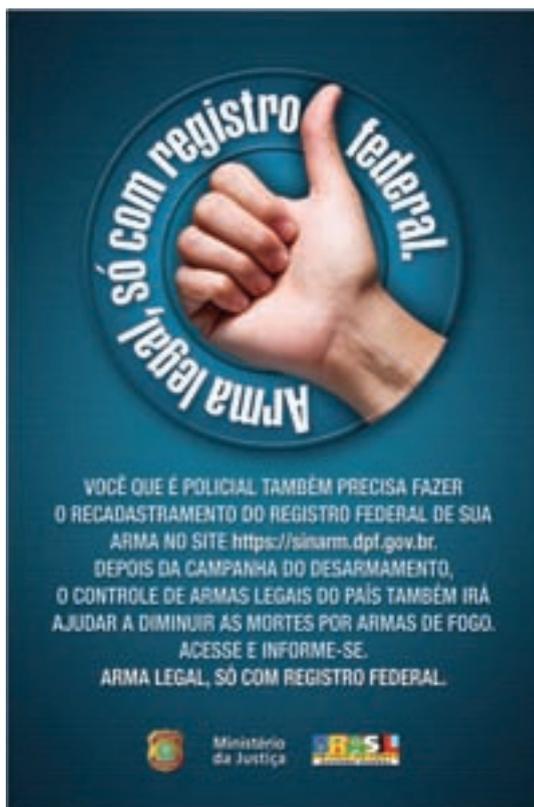


*Reunião de Abertura*

## Campanha nacional 2008 - 2009

A Campanha realizada em 2008 e 2009 começou com a edição de uma Medida Provisória que visava principalmente ampliar o prazo de recadastramento das armas de fogo daqueles cidadãos que ainda não tinham transferido os antigos registros estaduais pelo federal (cadastramento no SINARM). Esse recadastramento foi gratuito e, em princípio, ia até 31 de dezembro de 2008, mas ao final foi prorrogado novamente e encerrada de forma definitiva em 31 de dezembro de 2009.

O Secretário Municipal de Segurança Urbana, que coordenava desde 2007 o Gabinete de Gestão Integrada de Segurança de São Paulo, foi instado pelo Secretário do Verde e do Meio Ambiente, Eduardo Jorge, em agosto de 2008 a implantar postos de recolhimento de arma em parques municipais, em apoio a campanha de desarmamento que tinha participação em São Paulo de organizações não governamentais com o Instituto Sou da Paz.



<sup>1</sup> Esse número de armas recolhidas é muito expressivo quando comparado, por exemplo, com o número de armas recolhidas em 2011, pela Guarda Civil Metropolitana (1.966 armas de fogo).

<sup>2</sup> O Estatuto do Desarmamento prevê que a entrega de armas de fogo por qualquer pessoa, a qualquer momento. E também prevê indenização de acordo com o tipo de arma.

A campanha de desarmamento foi tratada no Gabinete de Segurança de São Paulo e incluído desde 2008 entre os temas prioritários a serem levados pelo GGI-M como modo de contribuir para reduzir a violência, a criminalidade e os homicídios na capital. Mas foi em 2009 que o grupo passou a atuar com mais ênfase.

Aproveitando essa Campanha de Mídia, o Ministério da Justiça também realizou a 2ª Campanha de entrega de armas utilizando campanha publicitária. O número de armas entregues durante esse período (2008/ 2009) foi menos expressivo que a campanha anterior, mas permitiu com que o tema desarmamento e violência armada retornassem a pauta da sociedade, pois as taxas de homicídios continuavam em níveis elevados em todo o país.

Em meados de 2009, foi realizada em São Paulo uma ênfase com uma campanha pontual envolvendo o Instituto Sou da Paz, a Igreja Católica e Guarda Civil Metropolitana, produzindo materiais de comunicação próprios, e autonomia para divulgação. Ao todo, 26 Paróquias da Igreja Católica aderiram a esta Campanha e abriram pela primeira vez suas portas para o recolhimento com o apoio de Bases Móveis e agentes da Guarda Civil Metropolitana, com uma Base Comunitária Móvel, onde muitas vezes que recebiam e danificavam as armas de fogo.

**78%**

dos homicídios no país  
são praticados com arma de fogo.

CAMPANHA DO DESARMAMENTO EM SÃO PAULO.  
VALORIZE A VIDA. ENTREGUE A SUA ARMA.

Sua arma será destruída e você será indenizado. Ligue 153.  
Há mais de 30 postos de recolhimento pela cidade.  
[www.prefeitura.sp.gov.br/seguranca/arma-desarmamento](http://www.prefeitura.sp.gov.br/seguranca/arma-desarmamento) + e-mail: [desarmamento@prefeitura.sp.gov.br](mailto:desarmamento@prefeitura.sp.gov.br)

Ponto de recolhimento

Local

Data

Para que essa campanha fosse retomada, a Guarda Civil Metropolitana teve um papel fundamental, com a participação decisiva do Cel. Payão, interlocutor designado como coordenador da Campanha pela Secretaria de Segurança Urbana junto a GGI-M durante este período, atuando juntamente com o comando da GCM. Ele realizou palestras aos integrantes das Igrejas (padres, freis e secretários), tirou dúvidas e tranqüilizou a todos sobre o procedimento. Organizou o efetivo que recebeu as armas de fogo durante a campanha e cuidou da parceria na Prefeitura – Polícia Federal/ Ministério da Justiça – com o intuito de viabilizar a campanha.

*“Quando recebemos a incumbência, dada pelo Secretário Municipal de Segurança Urbana, de desenvolver a Campanha do Desarmamento em 2009, recebemos também do mesmo uma orientação que muito nos impressionou pelo ponto de vista: a de que a retirada da arma da sociedade contribuiria em muito para a cultura da paz na nossa cidade.”* Sergio Moreira Payão Cruz, Coordenador da Campanha de Desarmamento na Secretaria de Segurança Urbana e junto a Guarda Civil Metropolitana.

Esta experiência de 2008 e 2009 revelou caminhos importantes para o fortalecimento do recolhimento voluntário de armas de fogo e favoreceu a descentralização e a desburocratização do processo.

*“Hoje a Guarda Civil Metropolitana faz o ciclo completo da Campanha do Desarmamento, desde o recebimento das armas, munições e acessórios, à custódia e preparo para o encaminhamento ao Exército para a destruição final. Contamos com profissionais comprometidos com a missão, pois acreditamos nos benefícios do controle de armas de fogo”.* Inspetor Dorival Perbone Júnior, Coordenador da Campanha do Desarmamento na Guarda Civil Metropolitana desde 2011.



Imagem: Erica Ribeiro



Imagem: Erico Hiller

Por meio dos depoimentos de pessoas que entregam suas armas em espaços sagrados, descobriu-se o potencial dessa importante parceria com tradições religiosas. As pessoas demonstraram-se mais confortáveis em entregar suas armas dentro de uma Igreja, por exemplo, por serem espaços mais informais e conhecidos de grande parte da população.

Para além desta vantagem, a participação das religiões vai além da entrega das armas, pois estas se preocupam também em desarmar os espíritos e mentes com argumentos concretos de que uma arma não traz proteção e, principalmente, que uma arma de fogo é um instrumento de ataque que estimula reações violentas.

### O papel da Guarda Civil Metropolitana na Campanha do Desarmamento

Inspetor Dorival Perbone Júnior, Coordenador da Campanha do Desarmamento na Guarda Civil Metropolitana



Foto: Rogério Villas Boas



Foto: SMSU

Os postos de recolhimento da Guarda Civil Metropolitana foram estruturados a partir da escolha das Bases e Inspetorias que fossem localizadas em pontos estratégicos para o recebimento de armas de fogo, acessórios e munições pela CEVAM – Campanha de Entrega Voluntária de Armas e Munições – e dentro destas procuramos espaços adequados para o recebimento efetivo, ou seja, que fosse o mais protegido possível e que possibilitasse certo conforto e privacidade ao cidadão na entrega.

As estratégias em relação à divulgação se deram inicialmente através da identificação do posto de recolhimento para dar visibilidade e informar à população do entorno e também nos Parques da cidade e em igrejas de diferentes denominações religiosas. Não menos importantes foram as ações de divulgação nas reuniões de Conseg – Conselhos Comunitários de Segurança – e até mesmo por meio de jornais de bairros.

### Capacitação e cadastro dos profissionais da GCM

A formação inicial dos profissionais que iriam ser empenhados na campanha

ção especial, pois procurávamos os profissionais com o perfil adequado, através de indicação, que não possuíssem impedimentos, principalmente em relação à restrição ao manuseio de armas e com conhecimentos básicos do sistema da armaria da GCM (controle e guarda). O treinamento se deu sempre de forma contínua visando o sucesso da então inédita missão para a GCM.



*Capacitação na CETEL*

A entrega voluntária é realizada a partir da emissão da guia de trânsito pelo site de Polícia Federal <http://www.pf.gov.br/servicos/armas/campanha-do-desarmamento> que possibilita o porte legal do local onde se encontra a arma de fogo até o local de entrega, 34 postos da GCM, além de postos da Polícia Militar e Civil. Após a entrega da arma de fogo é gerado um voucher e o recebimento da indenização – que varia de acordo com o tipo de arma de R\$ 100,00 a R\$ 300,00 – estará disponível após 24h da entrega da arma e é realizado exclusivamente no Banco do Brasil.

### **Como Participar da Campanha Nacional de Desarmamento Cidadão**

A Campanha Nacional do Desarmamento garante ao cidadão anonimato na entrega de armas de fogo e munições, bem como indenização em dinheiro 24 horas após a entrega, em valores que variam conforme o tipo da arma. Para isso, devem-se buscar informações sobre os postos de recolhimento mais próximos e preencher a “guia de trânsito” para garantir a segurança durante o transporte da arma. A guia de trânsito não precisa conter dados sobre o responsável pela entrega, mas deverá conter, obrigatoriamente, os dados mínimos da arma a ser entregue, bem como a indicação do percurso a ser

realizado. Deverá ser emitida por meio do site oficial da Campanha do Desarmamento, <http://www.entreguesuaarma.gov.br>. Para seu transporte, a arma deverá estar desmuniçada.

### **Estados e Municípios**

Para a implantação de Postos de recebimento de armas nos Estados e nos Municípios que possuam Guardas Municipais armadas, primeiramente deverá ser assinado Acordo de Cooperação específico com o Ministério da Justiça. Em seguida, os profissionais de segurança pública deverão ser cadastrados na Rede INFOSEG (caso não possuam senha) e depois devem ser habilitados no portal Desarma. É de fundamental importância que os profissionais cadastrados para atuar nos postos de recebimento tenham um mínimo de conhecimento de informática e dominem os procedimentos operacionais-padrão em relação ao manuseio da arma de fogo e munições.

*Fonte: Ministério da Justiça*

O novo sistema do Ministério da Justiça, implantado em 2011, possui junto à GCM a seguinte estrutura:

Coordenador Operacional Titular – Inspetor Dorival Perbone Júnior

Coordenador operacional Assistente – Inspetor Edson de Jesus Correia

Cinco profissionais da GCM, sendo 01 de cada grande Comando Operacional – Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro – com o perfil para cadastrar postos de entrega e realizar uma parte do cadastramento de profissionais (o privilégio para cadastrar é compartilhado) com o perfil para receber armas de fogo, sendo que o Coordenador autoriza o cadastro final para que o GCM cadastrado possua uma senha de acesso à rede INFOSEG\* para pesquisar a arma que será entregue.

A GCM possui 140 profissionais em todos os 34 postos com o perfil exclusivo (ninguém tem duplo privilégio/perfil) para consultar a arma que será entregue pela rede INFOSEG e em seguida gerar o voucher pela rede Desarma.

Rede INFOSEG – Informações de Segurança – Sistema de informações que integra os bancos de dados de diversos órgãos estaduais e federais.

Do fluxo das armas recebidas pela campanha (através de computadores previamente cadastrados na Rede INFOSEG):

I - As 34 Unidades da GCM recebem as armas de fogo, munições e acessórios; Vale ressaltar que a recém criada Inspetoria Regional Consolação/Pacaembu será inserida no sistema Infoseg/Desarma como posto recebedor pela campanha, sendo o 35º posto de recolhimento da GCM.

II – No momento da pesquisa caso a arma de fogo conste “situação normal”, as armas se-

rão destruídas, preferencialmente na presença de quem está realizando a entrega, e posteriormente serão entregues e custodiadas na Divisão de Material e Logística da GCM e finalmente entregues ao Exército Brasileiro - 22º Depósito de Suprimento - no Município de Barueri, para destruição final;

III – Outra hipótese é a de que no momento da entrega reconheça-se que a arma de fogo possua valor histórico, ou possua brasão, numeração suprimida/adulterada ou possuam ocorrência de furto, roubo, perda, extravio e apreensão no SINARM. Nestes casos as armas serão entregues na armaria do Comando Geral da GCM e posteriormente encaminhadas para a Polícia Federal, Rua Hugo D’Antola, 95 - Lapa de Baixo.

O encaminhamento ao Exército Brasileiro exige o prévio envio das planilhas com a relação das armas e das munições e posteriormente agendamento do dia e horário da entrega. As planilhas têm que ser conferidas com extremo cuidado, pois são devolvidas caso constatadas divergências entre os dados inseridos na planilha e as características identificadas na arma. Este rigoroso controle é digno de elogios e é uma garantia de segurança da Campanha do Desarmamento.

A dinâmica de preparação das armas segue instruções do próprio Exército Brasileiro, sendo que solicita a separação das armas por lotes e nos casos de armas longas a retirada dos componentes de madeira.

A integração, fruto da união das pessoas e instituições que compõe o Comitê de Controle de Armas e Desarmamento, estruturou uma rede que possibilita o aperfeiçoamento, seja na troca de informações e boas práticas, seja na facilidade da obtenção de orientações de maneira mais dinâmica com os interlocutores corretos. Observa-se, portanto, que atualmente a gestão da campanha na Guarda Civil está mais institucionalizada e, conseqüentemente, profissionalizada. Com o passar do tempo a corporação não apenas aprendeu com os próprios erros, mas também com os dos parceiros, debatendo novas possibilidades de atuação e efetuando os ajustes necessários,

Por fim, o engajamento de diversas instituições na campanha do desarmamento proporciona o aumento do número de armas recebidas, conforme indicado na cidade de São Paulo. Portanto, julgamos que outras Guardas Municipais poderiam aderir ao “Termo de Cooperação” e até mesmo serem subsidiadas e beneficiadas com o auxílio da GCM de São Paulo, a qual já possui profissionais com o “know-how” adequado.

Obs: Termo de Cooperação Técnica – Uma cooperação assinada pelo Ministério da Justiça com estado, cidades, ou instituições que queiram participar da Campanha de Entrega Voluntária de Armas e Munições como posto de coleta de armas.

### **Campanha do Desarmamento – Sambódromo do Anhembi - 2010**

No ano de 2010, durante o Carnaval, no Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo (Anhembi), uma faixa sobre a campanha foi passada entre a apresentação de uma escola e outra, afim de orientar os participantes e divulgar a ação.



### Ato Pela Vida

A Secretaria Municipal de Segurança Urbana, através da Guarda Civil Metropolitana e integrantes da Campanha de Desarmamento realizaram em 2011, no dia de Finados, o “Ato pela Vida”, uma ação que visou simbolizar as 177 vidas poupadas/salvas até o momento, graças ao recolhimento das armas. No ato, 177 pessoas vestidas de branco deitaram sobre as “lápides” no gramado do Cemitério Parque dos Girassóis - Zona Sul de São Paulo, formando a palavra vida, simbolizando as pessoas que estariam mortas não fosse a Campanha de Desarmamento.

Em seguida o Secretário Municipal de Segurança Urbana, Edsom Ortega depositou uma coroa de flores na lápide do GCM Classe Distinta, Osvaldo Franco de Moraes Neto, morto em 25/11/1989. Ele trabalhava na Inspetoria de Santo Amaro e foi alvejado por ladrões na estação ferroviária local. O Secretario do Verde Eduardo Jorge também visitou o jazigo do CD e destacou a importância do trabalho da GCM na campanha de desarmamento, registrando que ela foi uma das poucas instituições no país que não interrompeu a campanha de desarmamento.



## 536 armas de fogo arrecadadas durante Campanha do Desarmamento foram inutilizadas em ato simbólico

Em dezembro de 2010, as 536 armas de fogo que foram arrecadadas em pouco mais de dois meses da Campanha de Desarmamento na capital, foram inutilizadas em ato simbólico no Vale do Anhangabaú. A cerimônia contou com a presença do Ministro da Justiça, Tarso Genro, do prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, dos Secretários Edson Ortega, da Segurança Urbana, José Gregori, de Direitos Humanos, Eduardo Jorge, do Verde e Meio Ambiente, do Comandante Geral da GCM, Joel Malta de Sá, do presidente do Instituto Sou da Paz, Deniz Mizne, do Cel. Franco, do Comando da PM, do presidente do Conselho Nacional de Guardas Municipais, Inspetor Gilson Menezes, do vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Segurança, Fernando Zaronelo, de Organizações Internacionais como a Marcha Mundial pela Paz, e da arquidiocese de São Paulo.



## Campanha do Desarmamento – Estádio do Pacaembu - 2009

No estádio do Pacaembu, uma faixa sobre a Campanha do Desarmamento foi exposta ao público, afim de orientar os participantes e divulgar a ação.



## **Relato da Coordenadoria de Análise e Planejamento, da Secretaria Municipal de Segurança Urbana – CAP/SMSU**

A Coordenadoria de Análise e Planejamento, da Secretaria Municipal de Segurança Urbana – CAP-SMSU, tem acompanhado as reuniões do “Comitê do Controle de Armas e Desarmamento” desde 2011. Ao longo desses dois anos, foi observada a formação de um precioso centro de circulação de informações e de possibilidades de ações articuladas entre os diversos órgãos do poder público e a sociedade civil. Trata-se de um ótimo caso de articulação entre o poder público e a sociedade civil, o que nos leva a interlocução como um importante meio de produzir políticas de segurança pública.

É importante destacar o esforço da Guarda Civil Metropolitana na arrecadação de armas junto à população, o que a coloca como uma das protagonistas da “Campanha do Desarmamento”. Embora seja sempre delicado pensar em relações causais, é possível olhar para a quantidade de armas recolhidas pela GCM nos últimos anos e constatar um significativo aumento nos anos que compreenderam a criação do Comitê: em 2009 e 2010, a quantidade total de armas arrecadadas foi 1.695, já a partir de 2011 (até setembro de 2012), esse valor sobe para 3.026 no período. A média de armas arrecadadas por inspetoria duplica: de 44 em 2009 e 2010 para 89 em 2011 e 2012.

Quando olhamos a distribuição por inspetoria nos mapas abaixo, é possível observar um aumento em regiões que já arrecadavam e uma propagação em outras que não haviam recebido nenhuma arma. Ou seja, mesmo com algumas oscilações, o desenvolvimento foi extremamente positivo também quando analisamos a arrecadação da GCM nas inspetorias. Por exemplo, no período de 2009 e 2010, a quantidade de inspetorias com arrecadação total de 50 armas foi de 11; já em 2011 e 2012, esse valor duplica, com 22 inspetorias.

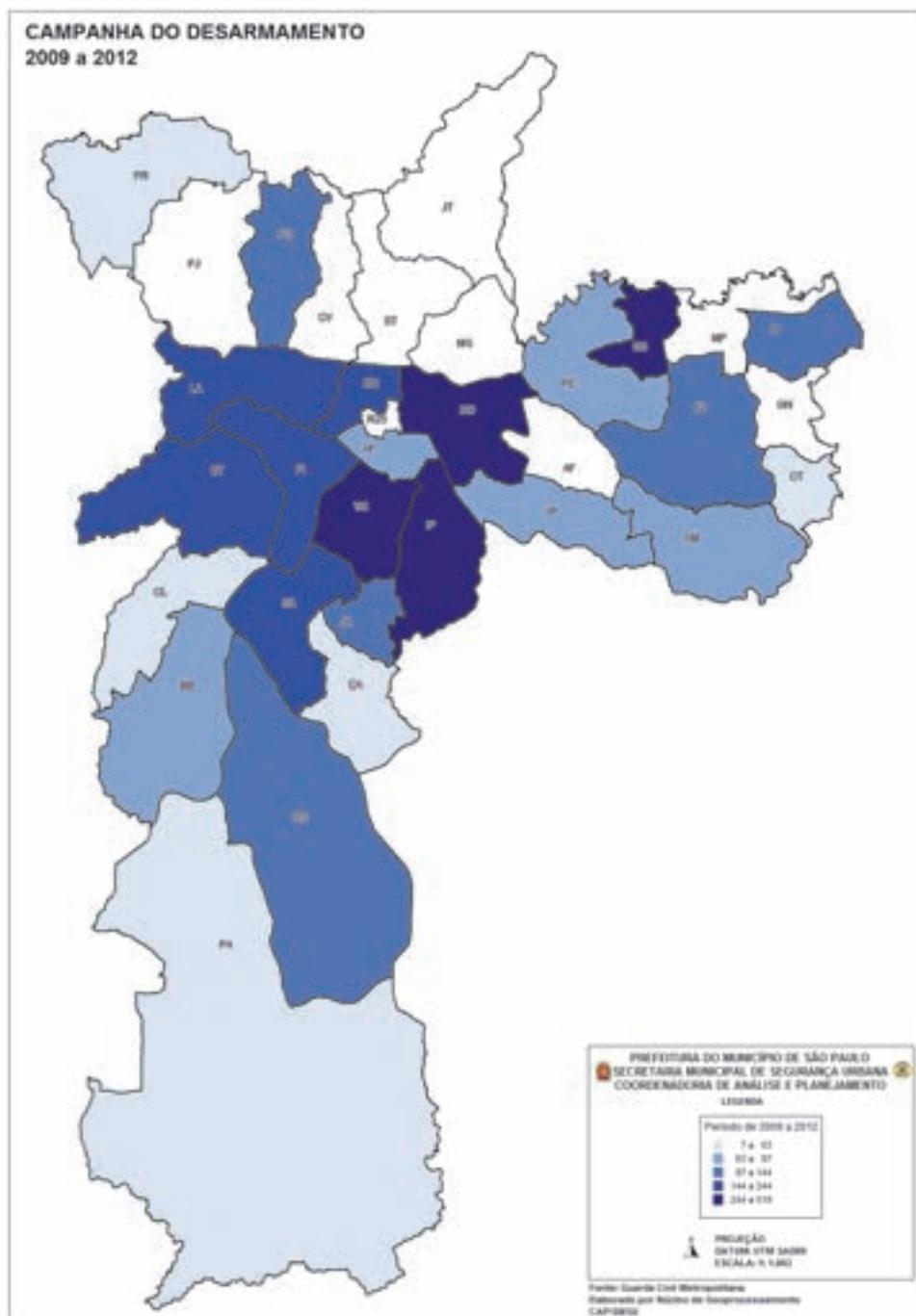
Apesar de tais avanços, o desafio dos órgãos de análise e planejamento é se aprofundar nos fatores que regem o fenômeno, buscando compreender os motivos que levam a uma maior ou menor arrecadação. Trata-se de uma atividade para os próximos anos, que levarão a uma maior aproximação de órgãos de planejamento dos operacionais e motivarão debates e reflexões que levarão a um aprimoramento da valiosa Campanha de Desarmamento.

## BALANÇO DA CAMPANHA DO DESARMAMENTO 2012

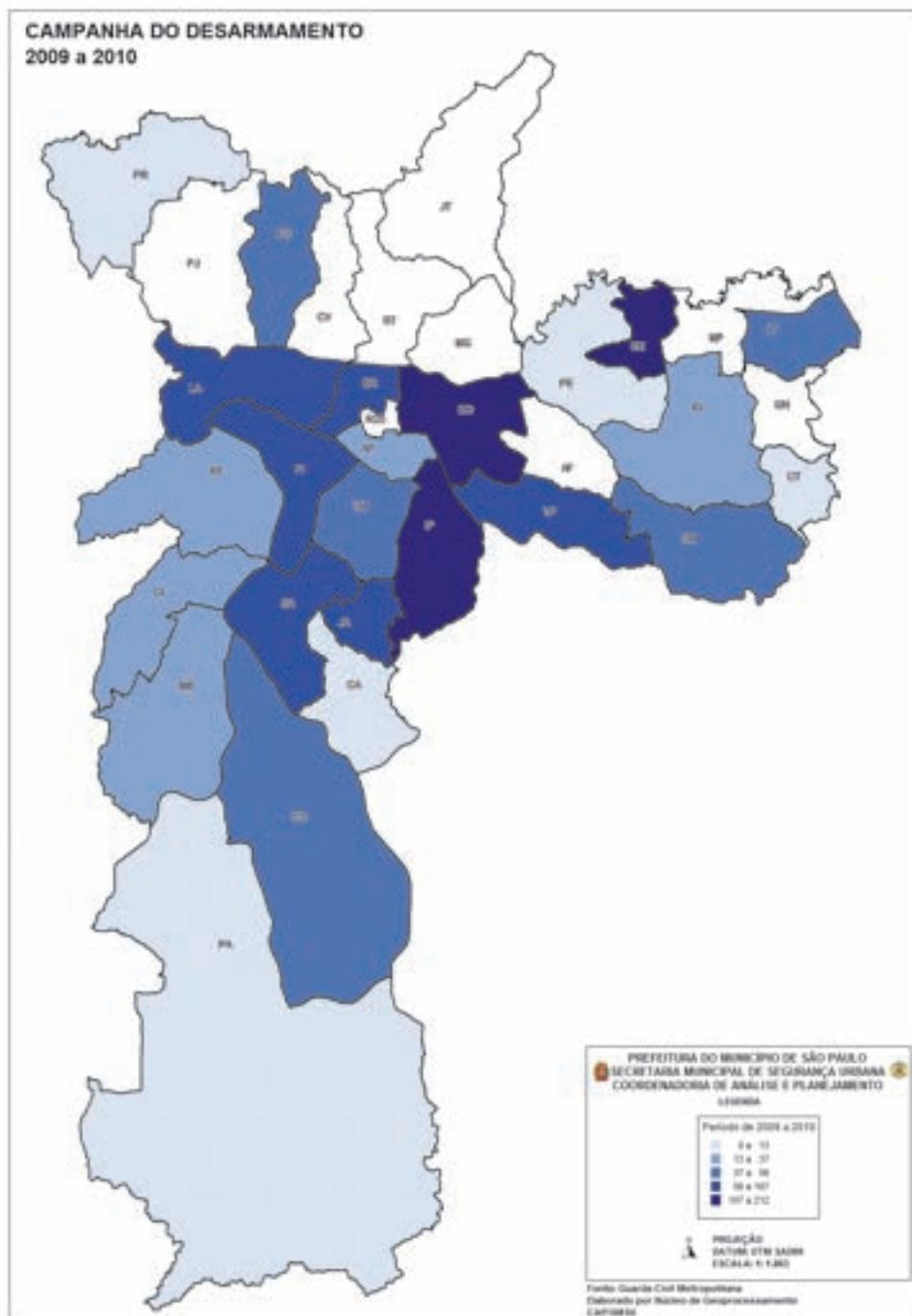
QUANTIDADE DE ARMAS RECOLHIDAS - CAMPANHA DO DESARMAMENTO																	
UFGOM	2009	2010	2011/2012												TOTAL GERAL		
	TOTAL	TOTAL	TOTAL	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV		DEZ	TOTAL 2012
MOOCA	143	69	186	26	11	13	20	18	5	2	16	10	13	19		153	551
ITINERANTE	291	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	191
SANTANA	87	25	158	15	15	20	1	1	0	9	42	14	4	4		125	385
ERMELINO MATARAZZO	76	31	78	13	5	7	4	12	1	2	18	6	5	2		75	268
UPIRANGA	89	20	88	25	1	3	5	8	3	0	2	0	0	0		47	244
SANTO AMARO	54	36	77	9	4	1	0	6	3	10	1	2	4	2		42	209
LAPA	83	9	64	5	2	6	2	0	1	0	0	0	0	0		16	172
BOM RETIRO	36	56	112	9	0	0	0	0	5	2	5	3	7	0		31	235
PINHEIROS	40	30	103	35	5	5	2	6	2	8	0	0	0	1		64	237
SÃO MIGUEL PAULISTA	29	23	56	2	12	4	2	1	0	3	7	0	8	1		40	147
VILA PRUDENTE	51	5	13	10	0	0	1	4	1	0	1	0	0	0		17	84
VILA MARIANA	38	11	195	54	4	7	12	30	5	5	3	0	2	3		125	369
JABAQUARA	49	7	58	2	2	0	0	1	0	0	0	0	0	1		6	130
SÃO MATEUS	29	13	11	4	2	0	0	2	1	0	1	0	0	0		10	63
CAPELA DO SOCORRO	42	2	29	2	4	3	0	1	0	0	6	0	3	2		21	94
ITAIM PAULISTA	25	15	40	6	2	10	3	0	1	2	6	2	1	1		34	114
BOURAPUERA	30	8	109	9	5	12	0	0	0	0	4	2	1	0		33	180
FREGUESIA DO Ó	12	5	50	6	3	0	0	2	0	0	3	0	0	0		14	101
MARIA GUILHERME	24	7	42	3	10	3	5	7	7	0	5	4	0	2		46	119
ITAQUERA	18	9	39	6	1	1	3	2	3	1	4	0	0	0		21	87
CAMPO LIMPO	25	1	12	0	1	3	2	3	0	1	1	0	0	1		12	58
AVENIDA PAULISTA	14	4	28	0	6	0	9	8	2	0	0	0	0	1		26	72
BUTANTA	9	8	88	2	2	4	12	6	0	3	10	0	1	4		44	149
JACANÁ-TREMÊMBÉ	6	12	14	3	1	0	2	0	0	0	1	1	1	0		9	41
WBOO MERZIM	9	4	36	2	4	2	0	0	0	0	9	0	0	2		19	68
PERITUBA JARAGUA	9	2	29	3	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0		5	45
PARLHEIROS	8	3	7	2	0	16	0	0	0	0	0	0	0	0		18	36
GUADANAZES	8	5	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	16
CIDADE ADEMAR	1	1	13	0	0	0	0	0	2	0	3	0	0	0		5	22
CASA VERDE	5	6	70	0	1	0	1	0	1	0	1	2	0	0		6	87
PERUS	3	0	3	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0		1	7
PENHA	0	0	60	9	4	3	0	1	0	2	0	0	0	1		20	80
ARICANDUVA	0	0	91	11	11	5	4	7	5	2	18	5	1	2		71	162
SE/REPÚBLICA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0		2	2
CIDADE TIRADENTES	3	1	6	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0		4	14
TOTAL	1268	417	1996	273	119	129	90	128	48	53	170	52	51	49	0	1362	4833

Atualizado até 30/11/2012.

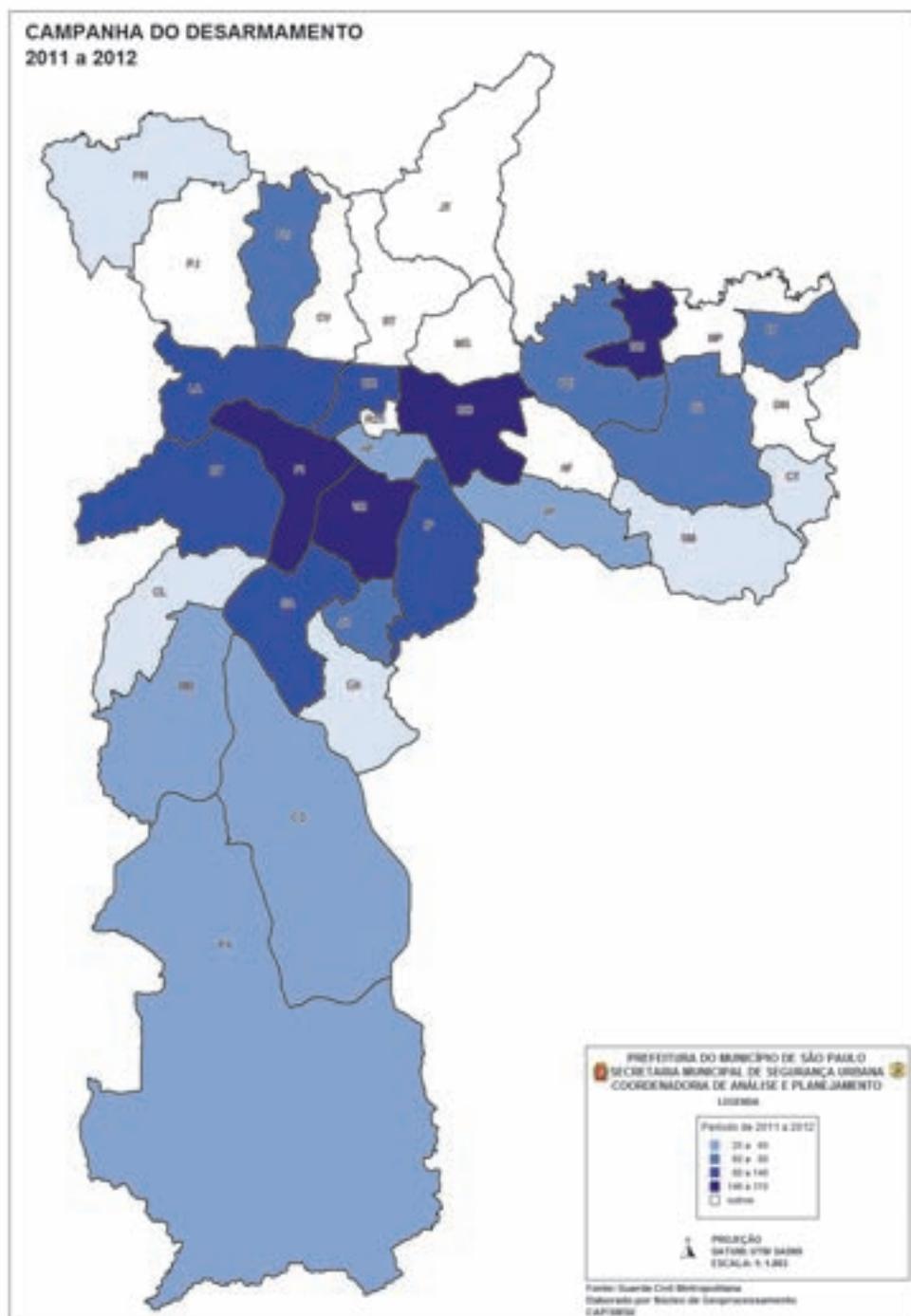
O recolhimento de armas de fogo pela GCM Total (de 2009 a 2012)



## Arrecadação da GCM - Antes do Comitê (2009 e 2010)



## Arrecadação da GCM - Depois do Comitê (2011 e 2012)



Equipe da CAP-SMSU: Tiago Daher Padovezi Borges, GCMF Viviane Maria dos Santos, GCMF Flavia Ariadne Narciso Neves, GCMF Catherine Marie Bueno Moraes Barbosa, GCMF Fernanda Aparecida Barboza.

*“Ao analisar os dados de um ano da campanha nacional do desarmamento voluntário, merece destaque especial a participação da GCM que recolheu neste período (maio/11 a maio/12) mais de 2.500 armas. Este número colocaria a cidade de São Paulo – considerando apenas o recolhimento da GCM – a frente de outros Estados como o Paraná que é o 7º Estado que mais recolhe armas. São números realmente impressionantes que precisamos divulgar e festejar”, Bruno Langeani, Coordenador da área de Sistema de Segurança e Justiça do Instituto Sou da Paz.*

### Campanha de Desarmamento Infantil

Quando se pensa em ações de Desarmamento Infantil, pensa-se bem além do fator simbólico da atitude da criança em entregar sua arma de brinquedo, seu jogo ou vídeo de cunho violento. Costuma-se enxergar as crianças como fio condutor de conscientização sobre os perigos das armas de fogo e desvalorização desse tipo de artefato, da escola até sua casa.



Por conta disto o Comitê de Desarmamento , resolveu realizar uma campanha de desarmamento infantil em abril de 2011. Uma semana antes do início da campanha, aconteceu a tragédia do Realengo/ RJ, no qual um ex-aluno entrou em uma escola pública e matou 12 crianças, ferindo outras 10. Isto impactou fortemente na campanha planejada em São Paulo, com o apoio da Subprefeitura de M’Boi Mirim, Guarda Civil Metropolitana, de parceiros regionais e da Polícia Militar: mais de 6 mil itens entre armas de brinquedo, vídeos e jogos violentos, entre outros, foram arrecadados.



### Campanha M’Boi Mirim

A campanha aconteceu entre os dias 8 e 13 de agosto de 2011, na zona sul da cidade de São Paulo, na região de M’Boi Mirim. Durante essa semana, 6 postos ficaram disponíveis para que a população pudesse entregar suas armas com segurança: dois postos do Centro de Integração da Cidadania (CIC), um da Polícia Federal, duas delegacias da Polícia Civil e uma Inspetoria da Guarda Civil Metropolitana. Ao total 21 armas foram recolhidas, o que foi considerado um sucesso já que no ano anterior inteiro (2010), apenas 1 arma havia sido recolhida na região.

Imagem: Alice Andrés



## ENTREGUE SUA ARMA DE FOGO

### Campanha M’Boi Mirim

**ONDE ENTREGAR SUA ARMA** 8 e 13 de agosto das 8h às 17h

<b>POSTOS ABERTOS DE 8 ÀS 17 DE AGOSTO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>  <b>Inspetoria da Guarda Civil Metropolitana na M’Boi Mirim</b>                      Rua Nova Tupac Katari, 2230 - Jardim São Luís - Tel: 5067-3400 e 5052-0200                 </li> <li>  <b>47ª DP</b>                      Central de Registro, 7.804 - Capão Redondo - Tel: 5027-3800                 </li> <li>  <b>62ª DP</b>                      Rua Maria Benedita Rodrigues, 300 - Parque Santa Amélia - Tel: 5011-8814                 </li> <li>  <b>100ª DP</b>                      Rua José Carlos dos Santos Marques, 301 - Jardim Ângela - Tel: 5037-0300                 </li> </ul>	<b>POSTOS PARCELAIS</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>  <b>CC Polícia da Vila Oliva 8, 9 e 10</b>                      Central de Registro, 8.207 - Residência da Terra - Tel: 5020-3300                 </li> <li>  <b>CC na Vila Oliva 11, 12 e 13</b>                      Rua José Manoel Carlos Nova, 100 - Jardim São Luís - Tel: 5014-0100                 </li> </ul> <p style="text-align: center; font-size: x-small;">OUTROS POSTOS NA COORD. <a href="http://www.entreguesuaarma.gov.br">www.entreguesuaarma.gov.br</a></p>
--	--

Dúvidas? Disque 194

**COMO ENTREGAR UMA ARMA DE FOGO:**

- 1** **COMO ENTREGAR**  
 No Brasil, apenas a arma é crime! Por isso, para levar a arma ao posto é necessário ter uma guia de liberação de arma, um documento que autoriza o transporte da arma. Você pode requestar a [sua arma em: entreguesuaarma.gov.br](http://www.entreguesuaarma.gov.br)  
 A arma deve ser transportada separada da munição e embalada de forma que impida seu uso imediato. Você não precisa declarar e nem dizer de onde veio a arma.
- 2** **ÁGUA APROPRIADA NO POSTO DE ENTREGA**  
 O agente policial de segurança receberá as armas, as entregará a guia, um protocolo de identificação e recibô. Sempre que possível, a arma será inutilizada na hora.
- 3** **INUTILIZAÇÃO EM 90 DIAS E R\$ 300 de acordo com o tipo de arma**  
 A inutilização pode ser retirada em qualquer posto de atendimento de Serviço de Apoio. O valor estará disponível em até 300 dias a entrega da arma, devendo ser retirado em no máximo 90 dias.

**PLANO DE CONTROLE DE ARMAS DA COORD. DE SÃO PAULO** Site: [www.instituto.org/Desarmamento](http://www.instituto.org/Desarmamento)

<b>atendimento:</b> horário de atendimento: 8h às 17h endereço: Rua Nova Tupac Katari, 2230 - Jardim São Luís - São Paulo - SP telefone: 5067-3400 e 5052-0200	<b>atendimento:</b> horário de atendimento: 8h às 17h endereço: Rua Nova Tupac Katari, 2230 - Jardim São Luís - São Paulo - SP telefone: 5067-3400 e 5052-0200	<b>atendimento:</b> horário de atendimento: 8h às 17h endereço: Rua Nova Tupac Katari, 2230 - Jardim São Luís - São Paulo - SP telefone: 5067-3400 e 5052-0200
---	---	---



## As vantagens da alteração no sistema de indenização das armas entregues

O diferencial é que a Campanha no M'Boi Mirim beneficiou-se do novo sistema de entrega implementada pelo Governo Federal. Em campanhas anteriores, a entrega de armas era manual e a indenização era depositada em conta corrente, o que provocava atrasos de meses e gerava desconfiança na população, que devia informar dados pessoais para receber indenização em sua conta corrente. Desde 2011, o Ministério da Justiça substituiu a entrega manual por um sistema informatizado – o DESARMA – no qual o cidadão cadastra uma senha, e saca sua indenização em caixas de auto-atendimento do Banco do Brasil após 24h da entrega. Esse sistema trouxe mais segurança aos agentes que recebem armas e às pessoas que as entregam, por conta da rapidez do processo desde o recebimento, passando pela consulta, e finalizando com a entrega e baixa da arma no próprio sistema DESARMA.

## Religiões Unidas Pelo Desarmamento

“Uma vez que as guerras começam na mente dos homens, é na mente dos homens que as defesas da paz devem ser construídas” (UNESCO).

Foi com esse pensamento que o grupo Religiões Unidas pelo Desarmamento<sup>3</sup>, pela sua capacidade de atingir as pessoas de forma mais profunda, foi criado. Percebe-se que, sob um contexto religioso, as pessoas tendem a sentirem-se mais seguras, abertas e acolhidas para entregar suas armas, por estarem em espaços sagrados e de seu convívio diário como igrejas, templos, mesquitas ou sinagogas; experiência comprovada em campanhas anteriores.

The image displays three informational posters for the "Religiões Unidas pelo Desarmamento" campaign, held from October 22 to 30, 2011. Each poster features a colorful pinwheel logo and the hashtag #desarmasp.

- Left Poster:** Titled "Promova a paz entregue sua arma", it includes a registration form with fields for name, address, and phone number, and a QR code for more information.
- Middle Poster:** Titled "Religiões unidas pelo desarmamento", it provides details about the campaign's goal to reduce gun violence and lists participating religious groups.
- Right Poster:** Titled "COMO ENTREGAR UMA ARMA DE FOGO", it outlines the process in three steps:
  - 1º COMO ENTREGAR:** Involves bringing the gun to a designated location, such as a church or community center, and handing it over to a trained staff member.
  - 2º O QUE ENTREGAR:** Lists the types of firearms accepted, including handguns, rifles, and shotguns, and notes that accessories like magazines and bullets should also be brought.
  - 3º INDENIZAÇÃO:** Explains that the compensation is processed through the DESARMA system, which is linked to the individual's bank account.

Religiões da cidade de São Paulo se uniram para fortalecer a Campanha de Entrega Voluntária de Armas de Fogo e munições.

As tradições religiosas católica, evangélica, budista, judaica, candomblé e hare krishna estão atuando para sensibilizar a população paulistana sobre os perigos das armas de fogo, e mobilizá-la para a entrega voluntária de armas e munições. Entre os dias 22 e 30 de outubro de 2011, em comemoração à Semana Mundial do Desarmamento, haverá mais de 15 postos provisórios para a entrega voluntária de armas e munições, localizados em Igrejas Católicas de todas as regiões da cidade – além dos 137 postos fixos sediados pela Guarda Civil Metropolitana, Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia Federal.

O Brasil vem acompanhando casos de acidentes com vítimas de armas de fogo, a maioria delas pessoas muito jovens que tiveram acesso a armas dentro do ambiente familiar. Esses casos são comuns e retratam parte do problema que vem sendo discutido por autoridades, governos, mídia e sociedade civil desde a criação do Estatuto do Desarmamento, que comprovou que quanto menos armas em circulação no país, mais vidas são salvas.

Estudo da ONU lançado no início de outubro destaca a cidade de São Paulo como exemplo de sucesso por ter conseguido prevenir homicídios na última década, e ressalta a importância de ações de controle de armas e campanhas de desarmamento.

Durante 1 semana, 19 Igrejas Católicas abriram suas portas para que a Guarda Civil Metropolitana recebesse armas de fogo, enquanto as outras tradições religiosas parceiras se empenharam em divulgar a campanha em suas comunidades. O resultado foi 277 armas a menos nas ruas de São Paulo, implicando em 15,4 vidas poupadas, segundo pesquisa do IPEA no qual para cada 18 armas recolhidas uma vida é salva.

*Imagens: Fernando Freitas*



<sup>3</sup>Participaram deste grupo as tradições religiosas: Católica, Presbiteriana, Candomblé, Budista, a Casa das Religiões Unidas, Espírita, Conselho Parlamentar pela Cultura de Paz (Conpaz), Igreja Elim, Instituto Roerich da Paz e Cultura do Brasil, Sociedade Internacional para a consciência de Krishna e Igreja Batista.

*“Armazenar armas não é investir na vida e no bem; e esse investimento inútil sai caro, pois precisa ser refeito a cada poucos anos, quando as armas se tornam obsoletas... Produzir armas não vale a pena. Bem melhor é investir na paz”. Cardeal Dom Odilo Scherer, Arcebispo da Igreja Católica de São Paulo, sobre as armas e sobre a paz.*

Imagens: SMSU e Instituto Sou da Paz



Campanha do Desarmamento e Campanha do Desarmamento infantil.

## Consulta Participativa

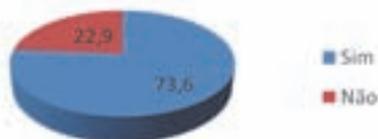
Com o intuito de consultar a população da região do M’Boi Mirim acerca do tema desarmamento, o Instituto Sou da Paz, juntou-se ao Instituto Paulo Montenegro, braço social do IBOPE, e ao Instituto Esporte e Educação que possui um núcleo no Jardim São Luis, para realizar a ação.

O que tornou essa pesquisa inédita e diferente foi o fato do questionário e de sua aplicação terem sido feitas por jovens da região. O Instituto Paulo Montenegro ensinou e ajudou os jovens na construção do questionário, orientou sobre sua aplicação do mesmo, e ao final, o Instituto tabulou todas as respostas.

A escolha por esta faixa etária não se deu por acaso, já que são os jovens quem mais matam e morrem vítimas de armas de fogo, e o fato de serem de uma região muito violenta trouxe informações importantes tanto sobre a demanda por arma de fogo na cidade como a disposição para a entrega e suas principais motivações.

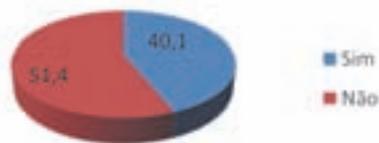
Com essa pesquisa foi possível conhecer alguns dados interessantes, como:

Você já viu alguma arma de fogo?



- 73,6% dos entrevistados já havia visto uma arma

Conhece alguém que tenha uma arma de fogo?



- 40,1% dos entrevistados conheciam algum proprietário de arma de fogo.



O argumento mais forte para que uma pessoa entregue sua arma continua sendo, com 49,3%, que a lei permite a entrega voluntária sem identificação da pessoa ou origem da arma; seguida de “com uma arma na mão, um desentendimento banal pode se tornar uma tragédia”, com 33,6%.



## Sou da Paz premia Guarda Civil Metropolitana pela Campanha de Desarmamento

No dia 07 de dezembro, pela manhã, houve uma cerimônia no Gabinete do Prefeito – no Edifício Matarazzo – onde a Guarda Civil Metropolitana, através das Inspetorias Mooca, Santo Amaro, Vila Mariana, Ermelino Matarazzo, Santana/Tucuruvi, foi premiada pelo Instituto Sou da Paz por ter recolhido o maior número de armas na Campanha entre 2009 e 2012. Os inspetores à frente dessas unidades também foram homenageados, como reconhecimento pelos serviços prestados à Campanha do Desarmamento na cidade de São Paulo.

O Secretário Municipal de Segurança Urbana, Edsom Ortega, atribui à integração entre órgãos e entidades envolvidas no trabalho o fato de a Cidade de São Paulo ter se tornado uma referência na Campanha do Desarmamento, e completa dizendo que isso representou o fortalecimento da política municipal de segurança e, agradecendo ao Instituto Sou da Paz por reconhecer o trabalho da GCM através da premiação.





*Destruição das armas*

### **Reunião do Comitê de Controle de Armas e Desarmamento de São Paulo define estratégias para o mês de dezembro**

A reunião dos membros do Comitê do Controle de Armas e Desarmamento, no âmbito do Gabinete de Gestão Integrada Municipal, aconteceu na terça-feira (11/12), no Edifício Matarazzo (Gabinete do Prefeito), em São Paulo, onde foram definidas estratégias de atuação para o mês de dezembro. Além disso, foi destacada a nova publicidade da Campanha do Desarmamento do Ministério da Justiça, que já está em circulação na mídia. Segundo o representante do Instituto Sou da Paz, Bruno Langeoni, São Paulo é uma das cidades mais bem preparadas para a Campanha, uma vez que os postos de recolhimento funcionam de forma eficaz. “Com a nova divulgação é esperado que o número de armas recolhidas aumente também”, acrescentou.

Foi colocada em pauta, a possibilidade de inserção no curso de reciclagem anual dos agentes das GCM, duas horas de aulas sobre a Campanha do Desarmamento. Atualmente, o curso de reciclagem tem uma carga total de 80h e atinge 100% do efetivo, em todos os níveis hierárquicos.

Durante o encontro, foi lembrado o reajuste nos valores das indenizações para a entrega voluntária de armas. De acordo com uma portaria publicada no mês passado, no Diário Oficial da União, as quantias passaram a ser de R\$ 150,00 a R\$ 450,00, dependendo do tipo de armamento. Para a representante da Secretaria de Justiça/CIC, Maria Isabel Soares, “as pessoas que entregaram armas antes da mudança, não devem se sentir lesadas por conta do valor, uma vez que esse reajuste serve para incentivar ainda mais a entrega de armamentos”.

Para as ações imediatas do grupo, ficou definido que até semana que vem, releases de divulgação sejam encaminhados à imprensa em geral, com informações diversas sobre a entrega voluntária de armas.

# Parte 2

O plano de controle de armas

## Arma de Fogo e Violência em São Paulo

Heather Sutton

Coordenadora de Controle de Armas do Instituto Sou da Paz (2006-2010)



Lançamento Campanha do Desarmamento na Praça da Sé



Imagem: SMSU

Lançamento da Campanha do Desarmamento no Jardim Ângela.

A história do Plano de Controle de Armas da cidade de São Paulo é inseparável da longa história do movimento contra a violência armada no país. Quando o Instituto Sou da Paz foi fundado em 1999, a situação da violência era alarmante: em nenhum país do mundo morriam mais pessoas vítimas das armas de fogo do que no Brasil. Onze anos depois, quando iniciou-se a construção do Plano de Controle de Armas, os números de homicídios já haviam caído significativamente e havíamos avançado bastante no entendimento do problema e como enfrenta-lo.

O primeiro grande avanço veio como resultado de um processo intenso de mobilização da sociedade e do Estado para aprovar o Estatuto do Desarmamento de 2003. A lei trouxe muitas novas medidas de controle de armas como a proibição do porte, um sistema centralizado de registros de armas e novos requisitos para a compra. O resultado foi imediato: em seu primeiro ano em vigor verificou-se uma queda de 8% nos homicídios - a primeira queda em uma década.

Logo após a aprovação da lei, a sociedade civil em São Paulo começou a trabalhar junto com a prefeitura, polícias e guarda municipal para montar postos de recolhimento para a primeira Campanha de Entrega Voluntária de Armas. O processo resultou em 130.000 armas entregues e uma colaboração importante entre todos os atores-chaves no controle de armas na cidade.

Imagem: SMSU



Entrega voluntária de armas realizada no SESC Itaquera.



Armas preparadas para serem encaminhadas à destruição no Departamento de Manutenção e Logística (DML) da GCM.

O relativo sucesso da legislação, porém ainda não era suficiente. Percebendo o descompasso enorme entre o Estatuto do Desarmamento no papel e na prática, entre 2008 e 2009, o Sou da Paz realizou uma pesquisa nacional revelando os principais entraves na implementação da lei e apontando recomendações para fortalecer o controle e salvar ainda mais vidas.

Apesar de todos os avanços, no início de 2010, 65 dos 96 distritos administrativos da cidade de São Paulo ainda tinham níveis de homicídios considerados inaceitáveis pela Organização Mundial da Saúde (10 homicídios por grupo de 100 mil pessoas) que precisavam ser objeto de atenção. O que nos faltava era uma estratégia que unia toda a aprendizagem e mobilização até então, num plano de ação local de controle de armas. Este Plano - focado no nível municipal – poderia ser adaptado à realidade local e construído diretamente pelos atores responsáveis pelo controle de armas e a sociedade civil na cidade, traçando soluções coletivas para fortalecer o controle de armas localmente. Foi com este pano de fundo que nasceu o primeiro Plano de Controle de Armas da cidade de São Paulo.

### **Pesquisa da Implementação do Estatuto e diagnóstico de elaboração do Plano de Controle de Armas e Desarmamento**

Entre 2008 e 2009, o Instituto Sou da Paz realizou uma pesquisa que analisou de que forma estava ocorrendo a implementação da Lei 10.826/2003 – o Estatuto do Desarmamento. Assim, a pesquisa intitulada “Implementação do Estatuto do Desarmamento: do papel para a prática” compila falhas relevantes encontradas nesta implementação, assim como recomendações para saná-las.



*Banner Lançamento da pesquisa “Implementação do Estatuto do Desarmamento: do Papel para a Prática.”*

**Principais constatações levantadas pela pesquisa:**

Critérios mais rigorosos para aquisição de armas de fogo provocaram queda no número de armas em circulação

Proibição do porte de armas para civis impacta os homicídios no país

Aumento do número de armas retiradas de circulação

Informações centralizadas sobre as armas em todo o país (concentração na Polícia Federal)

Problemas diagnosticados que poderiam ser trabalhados no plano local:

Falta de periodicidade para destruição de armas: este problema aumenta a vulnerabilidade de diversos parceiros que com um grande número de armas acumuladas correm riscos de desvio.

Informações indisponíveis ou inconsistentes: Aproximar os atores e olhar para os dados produzidos por cada instituição é fundamental para realização de diagnósticos e planejamento das ações.

Relação entre os órgãos de controle: Nas entrevistas conduzidas para a elaboração da pesquisa a falta de uma melhor interlocução foi apontada por diversos interlocutores como um dos principais problemas.

Controle físico dos arsenais: O número de desvios observado pela pesquisa era muito significativo. Chamar a atenção para o impacto destes episódios para a segurança pública passou a ser fundamental. Com o acesso às armas mais controlado, os armamentos das instituições públicas e privadas passam a ser alvos potenciais de criminosos.

A partir desta pesquisa foi decidido a realização de um projeto piloto voltado para concretizar as principais recomendações da pesquisa, e testar os resultados de uma metodologia participativa em um território específico.

O bom relacionamento com os órgãos de segurança em São Paulo, os resultados positivos obtidos pelas políticas de desarmamento e a necessidade de se realizar ações ainda mais focadas para se prevenir a violência armada, foram as condições que tornaram a cidade de São Paulo candidata para a elaboração e implementação de um plano local de controle de armas, que incrementaria a efetividade das ações de segurança pública em nível municipal, e teria como beneficiários os seus 11 milhões de habitantes.

Assim, a proposta para a elaboração e implementação deste Plano foi sugerida e prontamente aceita pelos parceiros – principalmente dos níveis municipal e estadual de governo. Instituições como a Secretaria Municipal de Segurança Urbana do município

de São Paulo, a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo e a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo estiveram presentes desde a concepção do Plano, e têm participado de todas as suas etapas de implementação.

“Como representante da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, vale ressaltar que a participação na Campanha do Desarmamento de outro órgão estadual como a Secretaria de Segurança Pública, por meio de suas polícias, representou um fator importante para nossa aderência na campanha. Estávamos tratando da questão no mesmo nível de governo, possibilitando-se assim uma maior institucionalização no âmbito do Governo do Estado.” Maria Isabel Lopes da Cunha Soares, Coordenadora Estadual do Programa Centro de Integração da Cidadania .

### Diagnóstico para Definição de Objetivos e Metas do Plano do Controle de Armas e Desarmamento:

As seguintes informações foram utilizadas para elaboração do diagnóstico:

- 1) O impacto e contextualização do problema das armas de fogo na cidade. Buscou-se informações sobre os homicídios e ferimentos por projétil de arma de fogo (PAF); quem mais mata e em que circunstâncias.
- 2) Um panorama da situação das armas de fogo na cidade e gargalos nos processos de controle. Quantidade de armas existentes na cidade, trajetória da vida útil da arma.
- 3) A demanda por armas de fogo. Finalmente buscou-se entender melhor a demanda por armas na cidade e identificar características dos indivíduos que têm, ou gostariam de ter, uma arma de fogo (sexo, idade, região geográfica, religião, motivação, renda etc.)

### Diagnóstico para Definição de Objetivos e Metas do Plano do Controle de Armas e Desarmamento:

As seguintes informações foram utilizadas para elaboração do diagnóstico:

1) O impacto e contextualização do problema das armas de fogo na cidade. Buscou-se informações sobre os homicídios e ferimentos por projétil de arma de fogo (PAF); quem mais mata e em que circunstâncias.

2) Um panorama da situação das armas de fogo na cidade e gargalos nos processos de controle. Quantidade de armas existentes na cidade, trajetória da vida útil da arma.

3) A demanda por armas de fogo. Finalmente buscou-se entender melhor a demanda por armas na cidade e identificar características dos indivíduos que têm, ou gostariam de ter, uma arma de fogo (sexo, idade, região geográfica, religião, motivação, renda etc.)

(GT). O mapeamento de parceiros para o Grupo de Sensibilização (GS) foi feito de outra maneira: o ISDP identificou organizações da sociedade civil e órgãos do poder público com quem já que já tinha trabalhado nas primeiras campanhas de Entrega Voluntária de Armas, ou que tinham sido parceiros importantes em projetos anteriores. Estes parceiros foram escolhidos para contribuir capilaridade às ações para reduzir a demanda por as armas de fogo. Buscou-se incluir – além das principais organizações da sociedade civil que trabalham com os temas de segurança pública e promoção da cultura de paz – entidades públicas nas áreas de promoção da justiça e direitos humanos, saúde, educação, juventude, esporte, cultura e lazer.

### Os atores com responsabilidade legal pelo Controle de Armas

De acordo com as competências definidas no Estatuto do Desarmamento, os seguintes organismos atuam no Controle de Armas conforme descrito abaixo:

#### Exército Brasileiro

O Exército Brasileiro é o principal ator no sistema de controle de armas nacional. Aspectos primordiais para assegurar que armas não entrem na ilegalidade – ou para permitir seu rastreamento se caírem em mãos erradas – são de responsabilidade exclusiva do Comando do Exército. Por exemplo:

- Destruição de armas entregues e apreendidas.
- Fiscalizar toda a produção e comércio, de armas e munições, bem como categorias que têm suas armas registradas no SIGMA – Sistema de Gerenciamento Militar de Armas; Importação de armas e munições de uso restrito e uso permitido, seja para forças de segurança pública, seja para colecionadores, atiradores e caçadores;

O Exército é responsável pelo SIGMA, o banco de dados no qual devem constar informações sobre as armas de fogo de uso restrito; de caçadores; de atiradores; de colecionadores; das Forças Armadas; da Polícia Militar e Corpos de Bombeiros (armas institucionais e pessoais); de agentes da ABIN; do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência e das representações diplomáticas.

*Imagens: Antonio Carretas - TJSP*



*Armas dos Fóruns sendo destruídas pelo Exército Brasileiro.*

## Polícia Federal

A Polícia Federal tem a primazia no que diz respeito a todo o fluxo e controle de armas nas mãos da população brasileira. É de sua competência, por meio do SINARM, a emissão de autorizações de compra, porte e registro de armas para civis – alicerce central do sistema de controle.

A Polícia Federal é responsável por registrar os acervos das Polícias Civil e Federal e Guardas Municipais no SINARM, e pela autorização de porte para as Guardas Municipais. Também é responsável pelo registro das armas e funcionários das empresas de segurança privada, pela sua fiscalização e autorização de porte e compras.

Com o advento do Estatuto do Desarmamento, para estimular a retirada de circulação das armas de fogo, o governo federal criou campanhas de entrega voluntária de armas. A Polícia Federal assumiu inicialmente um papel central, sendo a responsável por receber e cadastrar as armas entregues. Atualmente há diversos convênios com as Polícias Estaduais e Guardas Cíveis (como ocorre na cidade de São Paulo) para que estes órgãos possam recolher armas diretamente na Campanha do Desarmamento.

Cabe à Polícia Federal gerenciar o SINARM, o banco de dados no qual devem constar informações sobre as armas de fogo das seguintes categorias: civis; Guardas Cíveis autorizadas pelo Estatuto a portar armas; arma institucional e pessoal da Polícia Civil e da Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; armas de empresas de segurança privada e transporte de valores; carcereiros e armas utilizadas em escolta de presos e pela guarda portuária.



*Representantes do Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Polícia Federal, Secretaria de Estado de Justiça e Defesa da Cidadania, Prefeitura de São Paulo, Secretaria Municipal de Segurança Urbana*

## Polícias estaduais e Secretarias de Segurança Pública

Às polícias estaduais, cabe informar as características e circunstâncias de todas as armas retiradas de circulação, alimentando o SINARM com os dados destas armas. Também devem prestar aos órgãos de fiscalização do Exército “toda a colaboração necessária”, como na fiscalização do comércio de armas e munições, na identificação de pessoas físicas e jurídicas que estejam exercendo qualquer atividade com armas sem registro, assim como elaborar inquéritos ou perícias em caso de acidentes ou explosões provocadas por armazenagem ou manuseio de armas de fogo. Finalmente, devem apreender armas envolvidas em crimes ou situações ilegais e encaminhá-las para o Judiciário ou destruição.

*Imagens: SMSU*



## Judiciário

*Imagens: Antonio Carretas - TJSP*



competente também “determinará seu perdimento em favor da instituição beneficiada”.

De acordo com o artigo 25 do Estatuto, “quando não mais interessarem à persecução penal [as armas] serão encaminhadas pelo juiz” ao Comando do Exército em no máximo 48 horas. Se houver decisão para doar a arma aos órgãos de segurança – mudança no Estatuto determinada pela lei no. 11.706 de 2008 – o juiz

## A implementação das ações

### Aliança entre a Prefeitura de São Paulo e o Terceiro Setor

A articulação da prefeitura de São Paulo com o Terceiro Setor na campanha do Desarmamento intensificou-se com o lançamento do “Plano de Controle de Armas da Cidade de São Paulo”, um projeto iniciado em julho de 2010, fruto do resultado da pesquisa “Implementação do Estatuto do Desarmamento: do papel para a prática” realizada pelo Instituto Sou da Paz entre os anos de 2008 e 2009. A pesquisa demonstrou que muitos dos artigos estabelecidos pelo Estatuto do Desarmamento, lei federal de 2003, todavia não tinham sido implementados em sua totalidade, e que ações integradas eram essenciais para aprimorar a capacidade de resposta dos organismos envolvidos na matéria. Ademais, a pesquisa indicou inúmeros projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional cujo o intuito é desvirtuar o espírito de controle estabelecido; isso poderia colocar em xeque a efetividade da lei e a conseqüente redução dos índices de homicídios e criminalidade no país.



### Esforço para coleta e compartilhamento de dados / metodologia de criação do plano.

*“O primeiro passo foi a apresentação da iniciativa à Secretaria Municipal de Segurança Urbana de São Paulo que abraçou a proposta e tornou possível a realização do projeto. A partir daí, procedeu-se a apresentação e convite aos demais órgãos e entidades que viriam a compor os grupos.”*, Melina Risso, diretora do Instituto Sou da Paz.

A concepção do projeto previu a formação de dois grupos de trabalho. Um

grupo técnico, formado por órgãos responsáveis pela implementação das medidas de controle previstas no Estatuto do Desarmamento, e um grupo de sensibilização, formado por organizações não-governamentais e demais secretarias municipais e estaduais que pudessem desenvolver ações de sensibilização na cidade, de forma a desestimular a demanda por armas de fogo.

Uma vez formados, iniciou-se a primeira etapa – o diagnóstico da situação de violência e controle de armas na cidade de São Paulo. Foram levantadas informações acerca das taxas de homicídios desagregada por distrito administrativo; informações sobre armas como quantidade de apreensões e armas entregues; número de lojas na cidade; dinâmica dos homicídios; dados sócio-demográficos, entre outros.

Concluída esta etapa, os grupos iniciaram a elaboração do plano em si. Foram definidas oito metas em torno das quais se articulam as ações. São elas: melhorar a gestão do controle de armas e munições; melhorar a qualidade e a transparência das informações sobre o controle de armas e munições; reduzir estoques de armas de fogo e munições; garantir a proteção dos arsenais; ter maior rigor na fiscalização de categorias vulneráveis ao desvio de armas; articular demandas com outros níveis de governo; estimular que as pessoas não tenham armas de fogo; reduzir fatores de risco relativos à violência armada. O plano foi lançado em dezembro de 2010.

*Imagem: Erico Hiller*



*Lançamento do Plano de Controle de Armas da cidade de São Paulo*

O ano de 2011 iniciou-se com o desenho e a implementação das ações. No âmbito do grupo técnico, houveram reuniões mensais possibilitando a troca de informações e melhora do fluxo de controle de armas; houve parcerias bilaterais entre os atores; os estoques de armas na cidade foram reduzidos com encaminhamento de armas para destruição; velocidade no estabelecimento de postos de entrega voluntária de armas na cidade que hoje possui mais de 170; possibilidade de participação da sociedade civil na campanha de entrega voluntária com a participação da GCM e Polícia Federal e delimitamento de um guia de segurança de estoques.

## **2.2. O Comitê do Controle de Armas e Desarmamento no âmbito do GGI – Arranjos institucionais e seus efeitos.**

Prof. Dr. Cesar Alves Ferragi (Zare), Assessor Técnico da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Coordenador do Comitê do Controle de Armas e Desarmamento.

*“Em cada reunião do Comitê de Controle de Armas e Desarmamento da Cidade de São Paulo aprendemos mais, trocamos experiências entre as várias instituições, é muito gratificante e agregador.”* Inspetor Dorival Perbone Júnior, Coordenador Titular da Campanha do Desarmamento na Guarda Civil Metropolitana.

Desde o processo de re-democratização amparado pela Constituição Cidadã de 1988, as cidades brasileiras têm ampliado o escopo de sua atuação na promoção e preservação da segurança pública (SENTO-SÉ, 2005). À medida que a Secretaria Municipal de Segurança Urbana – SMSU – adquire maior espaço no campo institucional de segurança urbana, com participação crescente da GCM em questões ligadas ao controle de armas e desarmamento, fez-se necessária a convergência de atividades com outras instituições que compõe tal campo. Segundo Powell e DiMaggio (1991) instituições que atuam no mesmo campo institucional tendem a tornar-se parecidas, seja na forma ou na prática. Isso ocorre porque seus processos internos e fluxos de comunicação com outras instituições, ao tornarem-se semelhantes, diminuem os custos de transação dentro do campo.

Nesse sentido, a intersecção da temática do Controle de Armas e Desarmamento no âmbito do Gabinete de Gestão Integrada Municipal de São Paulo representa um arranjo inédito no Brasil. Observa-se a criação de um espaço de concertação institucionalizado, onde diferentes organismos governamentais – federais, estaduais e municipais – se encontram para debater a temática do controle de armas e desarmamento, incluindo também a participação de organismos da sociedade civil. As reuniões ocorrem mensalmente, sempre às primeiras quartas-feiras de cada mês, na sede da Prefeitura de São Paulo. Elas representam um “ponto de encontro”, de caráter deliberativo e executivo, no qual órgãos relacionados direta ou indiretamente com a segurança pública identificam necessidades comuns e estabelecem estratégias conjuntas de atuação, diferente dos Conselhos Comunitários de Segurança, que possuem caráter consultivo.

Dado que os trabalhos aqui apresentados são resultados de ações integradas e coordenadas no âmbito do Comitê do Controle de Armas e Desarmamento, é de suma importância que as vozes presentes em cada organismo venham à tona, trazendo refle-

xões e propondo ângulos distintos para compreendermos a problemática do controle de armas e desarmamento na cidade de São Paulo.

### **A institucionalização da ação**

*“Com os resultados positivos, a institucionalização do grupo técnico, agora Comitê do Controle de Armas e Desarmamento, é uma aposta na articulação inter-federativa para tratar de um tema tão sério como política de estado, e não apenas de governo, razão pela a qual o comitê tornou-se parte permanente do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M)”, Edsom Ortega, Secretário Municipal de Segurança Urbana e Secretário Executivo do Gabinete de Gestão Integrada Municipal de São Paulo.*

A formalização da transformação do “Grupo Técnico Desarmamento” em Comitê do Controle de Armas e Desarmamento do GGI-M, foi feita por meio da Portaria 125/ 2012 – SMSU/GAB ocorreu em março de 2012, com o objetivo de fortalecer políticas públicas de segurança integradas e perenes. Ela representa uma estratégia do GGI-M de São Paulo para consolidar a política de controle de armas com o envolvimento de diversos setores governamentais e organizações não-governamentais. O eixo norteador do trabalho é a resolução dos problemas referentes à crescente complexidade do controle de armas e munições na cidade de São Paulo, que necessitam de uma administração pública integrada e preparada para respostas conjuntas. Dentre os desafios, destaca-se a necessária articulação em torno das ações em busca de um objetivo compartilhado, uma vez que são inúmeras as dimensões que precisam ser trabalhadas.

Nesse sentido, a constituição do Gabinete de Gestão Integrada Municipal de São Paulo, concebido no âmbito do Plano Nacional de Segurança Pública, provou ser uma instância primordial para a interlocução permanente entre as instituições relacionadas à temática do controle de armas e munições e as instâncias promotoras da segurança pública no âmbito local. “O GGI-M não gerencia projetos, mas tem como missão: identificar oportunidades e alternativas que permitam coordenação dos diversos esforços com o objetivo de produzir segurança pública a partir da prevenção e repressão ao crime e à violência de maneira mais efetiva e integrada” (RIBEIRO, 2009:9). Tal instância de governo tem sido indispensável como mecanismo de diagnóstico dos problemas locais, racionalização dos recursos de segurança pública e conexão com a mobilização comunitária conforme exposto neste livro.

*“Ao transformar o projeto piloto do Plano em política pública, a Secretaria Municipal de Segurança Urbana reconhece a importância e dá escala, permanência e visibilidade a essa iniciativa inovadora do Instituto Sou da Paz, que tem apresentado ótimos resultados e, em última instância, salvado vidas.” Alice Andrés Ribeiro, Coordenadora da Área de Controle de Armas do Instituto Sou da Paz (2010-2011).*



*V Congresso CONSAD de Gestão Pública.*

## O caso da Campanha Unidos pelo Desarmamento



A Campanha Unidos pelo Desarmamento foi uma campanha com postos provisórios que recolheu armas de fogo nos Centros de Integração da Cidadania – CICs entre os dias 13 e 18 de agosto de 2012. Cinco CICs da cidade de São Paulo se tornaram postos

com a ajuda da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e tiraram de circulação 63 armas e 2 simulacros, além de 644 munições de diversos calibres. Essa ação foi provocada pela Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, por meio dos Centros de Integração da Cidadania (CICs), em parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Polícia Militar e Instituto Sou da Paz.



Campanha Unidos Pelo Desarmamento no CIC Oeste.



Imagens: SMSU

*“Planejamento, transparência e reconhecimento; são esses os três pilares que sustentam as políticas públicas encabeçadas no âmbito do comitê. Quando as ações são bem planejadas, mesmo que sejam pontuais, como foi a Campanha Unidos pelo Desarmamento, elas resultam em um trabalho integrado e de maior impacto. O arranjo inovador desse grupo é justamente atribuir maior transparência e controle social às nossas ações, reconhecendo a importância de cada parceiro dentro desse processo social integrado.”* Maria Isabel Lopes da Cunha Soares Coordenadora Estadual do Programa Centro de Integração da Cidadania

Por meio dos encontros mensais do comitê, na sede da Prefeitura de São Paulo foi debatido a realização da campanha, seus objetivos e desafios, bem como os locais dos CICs e as datas específicas da ação. Isso permitiu que a GCM, que originalmente não estava envolvida diretamente na ação, ajustasse sua rotina de trabalho com vistas a intensificar o recolhimento de armas. Foram identificadas quais eram as inspetorias mais próximas aos CICs, intensificando-se assim a divulgação pontual da campanha nessas unidades e alertando aos seus inspetores sobre o possível aumento no volume do recolhimento, especialmente após o término da campanha nos CICs. Posteriormente, no âmbito do comitê, mensurou-se em que medida a campanha afetou o recolhimento nos postos da GCM, constando-se aumento expressivo no volume de recolhimento de armas nesses locais.



Gráfico 1: Crescimento no recolhimento de armas durante o mês da Campanha Unidos pelo Desarmamento

“Durante as reuniões do comitê, o Inspetor Perbone da GCM de São Paulo trouxe questões relevantes sobre como proceder com o cidadão caso o sistema Desarma esteja ins-tável no momento da entrega de armas. Ele ofereceu uma capacitação com procedimentos criados pela GCM, que foram utilizados pelos parceiros diretamente envolvidos na Campanha dos CICs”, Bruno Langeani, Coordenador da área de Sistema de Segurança e Justiça do Instituto Sou da Paz.

Lin (2001) propõe que existe um campo institucional quando as organizações respeitam e reconhecem um grupo específico de instituições, ajustando sua estrutura interna e padrões de comportamento para “reduzir custos de transação” com outras organizações, solicitado pelas mesmas instituições (LIN, 2001, p. 188). O autor explica que as “organizações institucionalizantes” operam no campo institucional, certificado para “socializar” seus membros (LIN, 2001, p. 191). Observa-se, portanto, que o arranjo do Comitê do Controle de Armas e Desarmamento representa o fortalecimento de um campo institucional no município de São Paulo: os parceiros possuem um espaço para trocar informações, e com isso afinam o debate sobre o controle de armas e desarmamento e aprimoram sua capacidade de resposta na matéria. Durante os encontros mensais e as interloquções decorrentes, as 13 instituições do comitê tem aumentado seu conhecimento sobre a dinâmica de destruição, as estratégias de recolhimento, tipos de armas entregues, entre outros assuntos que serão expostos com maior profundidade na parte 3 deste livro. Nesse sentido, no âmbito do Gabinete de Gestão Integrada Municipal, o Comitê do Controle de Armas e Desarmamento tem sido um exemplo de organização institucionalizante: os participantes aprendem aspectos técnicos ao mesmo tempo em que convivem e discutem assuntos relacionados à matéria proposta. Ademais, o comitê tem provado ser

uma instância de transparência e legitimação de ações integradas, uma vez que a troca de conhecimento enriquece o repertório das instituições participantes.

Finalmente, os resultados positivos observados na cidade de São Paulo sugerem uma reflexão a respeito do papel das cidades na configuração da segurança urbana. Objetivamos com isso incentivar outras prefeituras do Brasil a abordar essa matéria, seja no âmbito dos Gabinetes de Gestão Integrada ou em outros arranjos mais convenientes. Os resultados demonstram a enorme potencialidade ainda a ser explorada no território municipal, onde as políticas nacionais de segurança pública ganham sinergia com os arranjos e afinamentos dos estados e municípios.

LIN, N., *Social Capital: A Theory of Social Structure and Action*. New York, Cambridge University Press, 2001.

POWELL, W., & DIMAGGIO, P., "The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields", in W. Powell and P. DiMaggio (Eds.), *The New Institutionalism in Organizational Analysis* (p. 63-81). Chicago, Chicago University Press, 1991.

RIBEIRO, Ludmila. *Guia Prático para constituição e funcionamento de Gabinete de gestão integrada municipal*. / Ludmila Ribeiro, Vanessa de Amorim Cortes. – Rio de Janeiro: Viva Rio, 2009.

SENTO-SÉ, João Trajano (Ed.) (2005) *Prevenção da violência: o papel das cidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Segurança e Cidadania; 3)

### **Apresentação no V Congresso CONSAD de Gestão Pública**

“Apesar do sex appeal da segurança pública ainda ser baixo na comunidade acadêmica, a apresentação da criação do Comitê do Controle de Armas e Desarmamento no V Congresso CONSAD de Gestão Pública indica o quão oportuno tem sido trazer esse debate para o território da municipalidade.” Prof. Dr. Cesar Alves Ferragi, Assessor Técnico da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Coordenador do Comitê do Controle de Armas e Desarmamento.

A criação do Comitê do Controle de Armas e Desarmamento da cidade de São Paulo, no âmbito do GGI-M, foi apresentada como uma iniciativa pioneira no V Congresso CONSAD de Gestão Pública, ocorrido em julho de 2012 em Brasília. O congresso reuniu os Secretários de Estado da Administração, gestores de políticas públicas no âmbito federal, distrital, estadual e municipal, acadêmicos, formadores de opinião, especialistas, e a sociedade civil organizada e alinhada na busca de melhores práticas em gestão pública, tomando por base a eficiência, a transparência e a qualidade orientadas para o cidadão.

### **2.3. Atuação em diversas frentes: Oferta, Estoque e Demanda**

#### **Sou da Paz premia Guarda Civil Metropolitana pela Campanha de Desarmamento**

No dia 07 de dezembro houve uma cerimônia no Gabinete do Prefeito – no Edi-

fício Matarazzo – onde a Guarda Civil Metropolitana, através das Inspetorias Mooca, Santo Amaro, Vila Mariana, Ermelino Matarazzo, Santana/Tucuruvi, foi premiada pelo Instituto Sou da Paz, representado por sua diretora Lucia Guimarães, por ter recolhido o maior número de armas na Campanha entre 2009 e 2012. Os inspetores à frente dessas unidades também foram homenageados, como reconhecimento pelos serviços prestados à Campanha do Desarmamento na cidade de São Paulo.

O Secretário Municipal de Segurança Urbana, atribuiu à integração entre órgãos e entidades envolvidas no trabalho o fato de a Cidade de São Paulo ter se tornado uma referência na Campanha do Desarmamento, e completa dizendo que isso representou o fortalecimento da política municipal de segurança na sua colaboração na redução dos homicídios e crimes violentos na cidade e, agradeceu o Instituto Sou da Paz por reconhecer o trabalho da prefeitura e da GCM através da premiação.

Deixar espaço para uma foto

### **Reunião do Comitê de Controle de Armas e Desarmamento de São Paulo define estratégias para o mês de dezembro e para o próximo exercício.**

A reunião dos membros do Comitê do Controle de Armas e Desarmamento, no âmbito do Gabinete de Gestão Integrada Municipal, aconteceu na terça-feira (11/12), no Edifício Matarazzo (Gabinete do Prefeito), em São Paulo, onde foram definidas estratégias de atuação para o mês de dezembro. Além disso, foi destacada a nova publicidade da Campanha do Desarmamento do Ministério da Justiça, que já está em circulação na mídia. Segundo o representante do Instituto Sou da Paz, Bruno Langeoni, São Paulo é uma das cidades mais bem preparadas para a Campanha, uma vez que os postos de recolhimento funcionam de forma eficaz. “Com a nova divulgação é esperado que o número de armas recolhidas aumente também”, acrescentou.

Durante o encontro, foi lembrado o reajuste nos valores das indenizações para a entrega voluntária de armas. De acordo com uma portaria publicada no mês passado, no Diário Oficial da União, as quantias passaram a ser de R\$ 150,00 a R\$ 450,00, dependendo do tipo de armamento. Para a representante da Secretaria de Justiça/CIC, Maria Isabel Soares, *“as pessoas que entregaram armas antes da mudança, não devem se sentir lesadas por conta do valor, uma vez que esse reajuste serve para incentivar ainda mais a entrega de armamentos”*.

### **Divulgação**

Também foi abordada a importância das faixas de divulgação da Campanha nas Inspetorias da Guarda Civil Metropolitana, sendo que novas faixas já estão sendo produzidas, com o endereço do site da campanha, o reajuste das indenizações e o logotipo dos parceiros. “A colocação da faixa é muito importante para a divulgação desse trabalho. Sem ela, o número de recolhimentos pode cair em até 40 armas por inspetoria”, lembrou o Inspetor Dorival Perbone, Coordenador Operacional da Campanha do Desarmamento.

O comitê ainda discutiu a realização de mais parceiras para levar essas faixas para outros postos de recolhimento que tenham baixas taxas de recolhimento; utilizar as Casas de Mediação da GCM para atrair a sociedade, e esclarecer dúvidas sobre a campanha; ampliar os pontos de divulgação para postos civis, como locais religiosos e associações de bairro, e estender o foco preventivo da campanha ao público infantil e feminino. A idéia é que a campanha ainda seja fomentada durante grandes eventos, como o Carnaval, a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

# Parte 3

Relatos de Parceiros



**PREFEITURA DE**  
**SÃO PAULO**  
SEGURANÇA URBANA

A Estratégia Nacional de Defesa prevê que todas as instâncias do Estado deverão contribuir para o incremento do nível de Segurança Nacional, com particular ênfase sobre as ações de Segurança Pública a cargo do Ministério da Justiça e dos Órgãos de Segurança Pública Estaduais. O Comitê de Controle de Armas e Desarmamento criado pela Portaria 125/2012-SMSU/GAB tem como diretriz a Campanha Nacional do Desarmamento voluntário, coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança do Ministério da Justiça. Com o intuito de debater o assunto e em função da natureza do seu conteúdo ser dirigido à concretização de interesse do Estado e de toda a Sociedade, o Comitê reuniu representantes de diversos Órgãos Públicos Federais, Estaduais, Municipais e entidades, para definir as ações relativas à Campanha do Desarmamento Voluntário. O Plano é focado em ações estratégicas de curto e médio prazo e objetiva dinamizar as ações de Segurança Pública. Dentro deste contexto será relatado experiências e lições aprendidas no âmbito do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M), da Campanha do Desarmamento e Controle de Armas em São Paulo.

### **1. Ministério da Justiça - Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)**

*Regina Maria Filomena De Luca Miki, Secretária Nacional de Segurança Pública*

Secretaria Nacional de  
Segurança Pública

Ministério da  
Justiça



O Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, vem envidando esforços no sentido de fomentar a articulação de diversos órgãos governamentais das instâncias federal, estaduais, distrital e municipais para que de forma integrada seja possível transformar, positivamente, a realidade da segurança pública no país.

Desde 2003, a SENASP apóia o desenvolvimento de ações de prevenção junto aos estados e municípios. A partir de 2007, o papel dos municípios na segurança pública foi consolidado, em especial quanto à sua capacidade de mobilização social e de desenvolvimento de ações locais para prevenção à violência e à criminalidade.

Para isso, a constituição dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal – GGI-Ms foi estabelecida como uma das condicionantes para a efetiva participação dos municípios no cenário da segurança pública, tendo como principais objetivos: 1) integrar os órgãos do sistema de justiça criminal entre si e, quando possível, ao sistema de proteção social, 2) propiciar o planejamento estratégico como ferramenta gerencial das ações empreendidas e 3) propiciar o compartilhamento de informações e conhecimentos.

O Município de São Paulo foi um dos primeiros a compor o GGI-M, criado por meio do Decreto Municipal no. 49.071/2007 e modificado pelo Decreto Municipal no. 52.179/2011. Tal espaço foi formulado como uma instância colegiada de deliberação e coordenação das ações no município, com o envolvimento de representantes de órgãos municipais, estaduais, federais e da sociedade civil atuantes direta ou indiretamente na segurança pública.

O GGI-M de São Paulo apresentou como um dos primeiros temas de debate a

construção de um plano municipal de controle de armas, o qual se somaria aos esforços já então empreendidos pelo Município de participação nas Campanhas Nacionais de Desarmamento. A Guarda Civil Metropolitana de São Paulo vem atuando ativamente nas Campanhas de Desarmamento desde 2009, quando foi firmado convênio com a Polícia Federal para seu credenciamento como posto de recolhimento de armas.

Como o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003) e o Decreto que o regulamenta (Decreto no. 5.123/2004) prevê a possibilidade de os possuidores e os proprietários de armas de fogo as entregarem espontaneamente, e a qualquer tempo, o Ministério da Justiça tem organizado Campanhas Nacionais de Desarmamento para sensibilização da população para a entrega de armas de fogo e munições, sendo a mais recente lançada em maio de 2011 e intitulada “Tire uma arma do futuro do Brasil”. Por meio dessas Campanhas, realizadas desde 2004, já foram recolhidas 580 mil armas de fogo no país.

A intencionalidade de atuação do Município de São Paulo no controle de armas se manifesta por meio de diversas ações, sendo o Comitê de Controle de Armas e Desarmamento uma expressão desse direcionamento da política. A discussão temática oportunizada pelo Comitê muitas vezes destaca a existência de problemas comuns a algumas das instituições presentes, levando à busca de soluções.

Assim, o Comitê de Controle de Armas e Desarmamento de São Paulo se tornou um locus de confluência e potencialização de duas políticas estruturantes, quais sejam, os Gabinetes de Gestão Integrada e a Campanha Nacional do Desarmamento.

Uma das importantes contribuições do Comitê tem sido apoiar a execução e o acompanhamento da Campanha Nacional do Desarmamento em São Paulo, auxiliando e divulgando o trabalho de instituições envolvidas na Campanha. Os resultados desse trabalho têm se refletido nos números expressivos de armas de fogo recolhidas no Município, na capilaridade de postos de recolhimento disponíveis na cidade, nas campanhas de sensibilização para o desarmamento infantil, nas campanhas de sensibilização e recolhimento de armas de fogo envolvendo entidades religiosas, dentre outras ações.

## 2. Departamento de Polícia Federal



Com o advento do Estatuto do Desarmamento, ao final de 2003, o Departamento de Polícia Federal assume a responsabilidade pela identificação, cadastramento e fiscalização do armamento de uso civil no país. Ao herdar o banco de dados existente das instituições policiais civis estaduais, coube à Polícia Federal a gigantesca tarefa de atualizar o sistema com as novas diretrizes instituídas pelo Estatuto.

Junto com a possibilidade de renovação dos registros de arma de fogo foi oferecida ao cidadão a novidade de entrega espontânea de armamento mediante indenização. Essas perspectivas exigiram do Departamento a especialização de funcionários e uma interação sem precedentes com órgãos Federais, Estaduais, Municipais e da sociedade civil organizada.

O volume de trabalho, até antes do início da representação do SINARM no Comitê de Controle de Armas, representava 87.326 renovações de registros de arma de

(apenas no ano de 2009). Atualmente temos em vigor mais de 90 convênios com Prefeituras Municipais para adequação das Guardas Civas ao Estatuto, além de contabilizarmos mais de 104.000 armas entregues ao Exército para destruição junto com mais de 3 toneladas de munição dos mais diversos calibres. Desde 06 de maio de 2011, quando a Campanha do Desarmamento passou a ser administrado pelo Ministério da Justiça, esta Superintendência de Polícia Federal recebeu mais de 2.500 armas de fogo.

Esses números apresentados identificam o porvir que o futuro nos apresenta, com renovações, entregas espontâneas de armamento, convênios com Prefeituras (o que inclui a fiscalização de documentação, armaria e instalações físicas), solicitações de compra de armamento e porte de arma, etc.

O apoio possibilitado pelos convênios estabelecidos entre a União, Estados e Municípios possibilitou uma sensível procura, menor para entrega espontânea de armamentos e, face a esclarecimentos obtidos junto aos órgãos conveniados, uma maior procura nas legalizações para posse permitida de armamento.

O Comitê de Controle de Armas e Desarmamento tem contribuído para o estreitamento entre os órgãos envolvidos no controle de armas de fogo, o que acaba refletindo não só na melhoria do controle propriamente dito, como nos demais serviços afetos a política de armamento como um todo. Percebe-se aumento no número de entregas voluntárias de armas e munições quando há casos de grande repercussão na mídia e campanhas relativas à conscientização da propriedade responsável de armamentos. A qualidade do trabalho desenvolvido pelo SINARM só atingiu o êxito conforme os laços entre os atores da segurança pública se estreitaram.

### 3. Exército Brasileiro



A Gestão do controle de armas do Exército segue as normas previstas no Regulamento de Fiscalização de Produtos Controlados (R-105) e nas diretrizes emitidas pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC). A colaboração do Exército no âmbito do GGI-M, busca a integração entre os participantes, divulgando o conhecimento e os ensinamentos de Tecnologia da Informação (TI) atinentes ao Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA), que controla as armas dos militares e dos Colecionadores, Caçadores e Atiradores do meio civil (CAC). A principal atuação do Exército no Comitê de Controle de Armas e Desarmamento é realizar a destruição das armas recolhidas, bem como relatar a sua Gestão frente aos diversos processos de controle e armazenamento de armas e munições. O compartilhamento dos dados e a integração de experiências entre os membros do GGI-M proporcionaram aperfeiçoar estruturas de Comando, Controle e de Inteligência. Em relação à dinâmica de destruição de armas, que requer uma organização prévia das armas encaminhadas, consolidaram-se através dos trabalhos do Comitê os benefícios operacionais

#### 4. Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo Gabinete do Secretário



#### ARMAS E VIDAS: Armas apreendidas, mortes evitadas

A Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP/SSP), órgão do Gabinete do Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, tem como atribuição realizar estudos e análises criminais, propor medidas de integração, racionalização e otimização do trabalho das polícias.

A CAP/SSP está representada em todas as reuniões do Comitê do Controle de Armas e Desarmamento desde a sua criação, compartilhando informações mensais de Homicídios e tentativas, Latrocínios, Resistências Seguidas de Lesão Corporal e de Morte, e armas de fogo apreendidas. Além de fornecer dados criminais, realiza estudos e análises sobre as armas no Estado e na cidade de São Paulo, medindo tanto o impacto da apreensão de armas nos Homicídios Dolosos<sup>1</sup>, quanto o impacto da presença de armas de fogo nos confrontos com a polícia.

#### Análise de Regressão entre armas apreendidas pela polícia e mortes na Região Metropolitana de São Paulo<sup>2</sup>

Analisando as apreensões de armas ocorridas na Região Metropolitana de São Paulo (Capital e Grande São Paulo) no período de jan/2009 a ago/2012, o resultado da análise de regressão indicou que existe relação entre a quantidade de armas apreendidas pela polícia paulista e os eventos de Homicídio Doloso.

A correlação é negativa (-0,36) e indica que o aumento no número de armas apreendidas tem como contrapartida a redução dos homicídios dolosos (Tabela 1).<sup>7</sup>

<sup>5</sup> Entenda-se nesse estudo Homicídios Dolosos por consumados e tentados

<sup>6</sup> As armas entregues voluntariamente (recolhidas) não foram consideradas neste estudo por não fazerem parte do banco de dados da CAP e resultarem de ações exatamente opostas às da apreensão: a maior parte das armas apreendidas está em uso ou em vias de ser utilizada no momento da apreensão, enquanto as armas recolhidas têm outra dinâmica e, portanto, merecem análises diferenciadas.

<sup>7</sup> Dentre as técnicas estatísticas indicadas, a análise de regressão foi escolhida para demonstrar a causalidade entre as variáveis, sendo as armas apreendidas a variável preditora da quantidade de ocorrências de homicídios dolosos (consumados e tentados).

Conforme os resultados dessa análise, a quantidade de armas apreendidas explica 13% da variação mensal da média dos homicídios dolosos (Tabela 2). A significância do modelo é de 98%, indicando credibilidade dos resultados<sup>8</sup>, assim como dos coeficientes ( $\beta_0$  e  $\beta_1$ ). (Tabela 3).

O resultado mais surpreendente da análise é obtido pelo coeficiente das armas de fogo apreendidas ( $\beta_1$ -Tabela 4), na qual o modelo demonstrou relação negativa de 0,235 para cada arma apreendida.

Significa dizer: a cada 10 armas tiradas de circulação através da apreensão por parte da polícia, estima-se que mais de 2 vidas tenham sido poupadas (2.3 vidas).

Aplicando a equação do modelo (Tabela 4) na base de dados da Região Metropolitana de São Paulo para a média mensal de armas apreendidas (787) no período analisado, tem-se a média mensal de 364 Homicídios Dolosos:

$$\text{EQUAÇÃO APLICADA: HD (Cons./Tent)} = 548,570 - 0,235 \cdot 787 = 364$$

**ARMAS APREENDIDAS/VIDAS POUPADAS DE JAN/2009 A AGO/2012**  
**Região Metropolitana de São Paulo – RMSP**

**Região Metropolitana de São Paulo – RMSP**

Armas Apreendidas (média mensal)	Vidas Poupadas* (média mensal)	Homicídio Doloso* (média mensal)
787	787	787

\*Supondo-se uma morte por ocorrência

**Resultado:**

Para a média mensal de 787 armas apreendidas na RMSP no período (44 meses), pode-se estimar que, em média, 185 vidas tenham sido poupadas mensalmente.

Hipoteticamente, o modelo demonstra:

Se nenhuma arma fosse apreendida na RMSP, ocorreriam 549 Homicídios dolosos ao mês.

<sup>7</sup> Dentre as técnicas estatísticas indicadas, a análise de regressão foi escolhida para demonstrar a causalidade entre as variáveis, sendo as armas apreendidas a variável preditora da quantidade de ocorrências de homicídios dolosos (consumados e tentados).

<sup>8</sup> (PVALOR=0,016) = 98%, nível de significância e credibilidade do modelo. As suposições do modelo não foram violadas: os resíduos apresentaram média zero, a variância da distribuição de probabilidade dos resíduos é homocedástica e a distribuição de probabilidade é normal.

## Concluindo

Todos os resultados dos estudos e análises realizados pela CAP/SSP confirmam a forte relação entre armas e mortes. Por conseguinte, corroboram a importância do desarmamento na preservação da vida, quer seja na queda dos homicídios, quer seja na possibilidade de essa arma cair em mãos de criminosos que a utilizarão, inclusive, em confronto com a polícia.

A Coordenadoria de Análise e Planejamento da SSP, atenta à questão, produz estudos e sugere medidas para a redução das mortes violentas e valorização da vida: o desarmamento está entre as suas preocupações.

**TABELA 1**  
**Correlação entre armas e homicídios dolosos - RMSP**  
**JAN09 A AGO12**

		Correlations	
		ARMAS APREENDIDAS (RES SSP 160)	HOMICÍDIOS DOLOSOS CONSUMADOS E TENTADOS
ARMAS APREENDIDAS (RES SSP 160)	Pearson Correlation	1	-,360*
	Sig. (2-tailed)		,016
	N	44	44
HOMICÍDIOS DOLOSOS CONSUMADOS E TENTADOS	Pearson Correlation	-,360*	1
	Sig. (2-tailed)	,016	
	N	44	44

\*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

**TABELA 2**

**Model Summary<sup>b</sup>**

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,360 <sup>a</sup>	,130	,109	61,789

a. Predictors: (Constant), ARMAS APREENDIDAS (RES SSP 160)

b. Dependent Variable: HOMICÍDIOS DOLOSOS CONSUMADOS E TENTADOS

TABELA 3

ANOVA<sup>b</sup>

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	23917,298	1	23917,298	6,264	,016 <sup>a</sup>
	Residual	160353,134	42	3817,932		
	Total	184270,432	43			

a. Predictors: (Constant), ARMAS APREENDIDAS (RES SSP 160)

b. Dependent Variable: HOMICÍDIOS DOLOSOS CONSUMADOS E TENTADOS

TABELA 4

Coefficients<sup>a</sup>

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	548,570	74,482		7,365	,000
	ARMAS APREENDIDAS (RES SSP 160)	-,235	,094	-,360	-2,503	,016

a. Dependent Variable: HOMICÍDIOS DOLOSOS CONSUMADOS E TENTADOS

**EQUAÇÃO DO MODELO :HD (Cons./Tent) = 548,570 – 0,235\*ARMAS**

## 5. Polícia Civil



DEPARTAMENTO DE CAPTURAS E DELEGACIAS  
 ESPECIALIZADAS DIVISÃO DE PRODUTOS  
 CONTROLADOS E REGISTROS DIVERSOS  
 SERVIÇO TÉCNICO DE ARMAS

Rua Brigadeiro Tobias, 527, 7º andar- Luz – São Paulo

Web mail: pcdiversos.decade@policiacivil.sp.gov.br



Desde o ano de 1997, a Divisão de Produtos Controlados e Registros Diversos (DPCRD) contribui com o Instituto Sou da Paz, na realização de Campanhas para desarmamento da população. Em 1997, durante evento realizado na sede da OAB, foram recolhidas aproximadamente 1.700 armas de fogo, lembrando que nessa época, não havia indenização para entrega de armas. Em outros anos a DPCRD esteve presente em outros locais, como São Miguel Paulista, Cidade Dutra e Assembléia Legislativa, recolhendo armas e conscientizando a população sobre os perigos de se possuir uma arma, principalmente para aqueles que não possuem o preparo adequado e técnico para o seu manuseio.

A partir da vigência da Lei Federal 10.826/03, esta Divisão continuou a contribuir com o Desarmamento, celebrando convênio com o Ministério da Justiça, para operar como posto fixo de arrecadação de armas, bem como órgão centralizador de todas as armas arrecadadas pela Polícia Civil do Estado de São Paulo.

Atualmente, as armas recolhidas pela Campanha do Desarmamento, representam a maioria das armas que mensalmente aportam nesta Divisão, as quais são posteriormente encaminhadas ao Exército Brasileiro, para destruição. Além dessas, recebemos também as armas não vinculadas a procedimento de Polícia Judiciária e que são apreendidas pelas unidades da Polícia Civil de todo o Estado de São Paulo.

Com a participação nas reuniões mensais do Comitê do Controle de Armas e Desarmamento, o trabalho da DPCRCD passou por ajustes e adequações que proporcionaram uma melhor logística para o recebimento de armas: como resultado observa-se um aumento de aproximadamente cem por cento após a celebração de convênio para recebimento de armas originárias da Campanha. Vale ressaltar que, antes dos encontros promovidos pelo agora Comitê do Controle de Armas e Desarmamento, praticamente não havia integração entre esta Divisão e os vários atores envolvidos. Exceção feita aos representantes do Exército Brasileiro e da Polícia Federal, devido à natureza dos serviços prestados por este órgão. Esta Divisão funciona como órgão centralizador de eventos envolvendo armas, bem como das armas arrecadadas da Campanha. Por este motivo, mantêm contato com todas as unidades da Polícia Civil envolvidas na Campanha, conseguindo, portanto, divulgar rapidamente as decisões tomadas no âmbito do Comitê, para que todos os envolvidos possam trabalhar de maneira uniforme.

**São Paulo, 15 de outubro de 2012**

**Divisão de Produtos Controlados e Registros Diversos**

**Departamento de Polícia Judiciária da Capital – DECAP**

O Departamento de Polícia Judiciária da Capital – DECAP participa desde fevereiro de 2011 do Comitê do Controle de Armas e Desarmamento da cidade de São Paulo, quando o mesmo ainda era denominado “Grupo Técnico”.

As Delegacias de Polícia subordinadas estruturaram-se de maneira que o cidadão seja atendido de acordo com as diretrizes estabelecidas por esta gestão: rapidez, eficiência e cortesia.

E, com o engajamento dos 93 Distritos Policiais, cadastrados como postos fixos de arrecadação foi possível verificar um aumento significativo no recebimento voluntário de armas de fogo. Enquanto em 2011 foram recolhidas 381 armas de fogo, entre janeiro e agosto de 2012 já angariamos mais de 500 armas de fogo e cerca de 3.500 munições.

Para o próximo ano, a expectativa é formar multiplicadores, objetivando ações voltadas à conscientização da comunidade local, sobre os riscos de possuir uma arma de fogo, pois não resta dúvida que a proximidade com a população transmutará em segurança ao cidadão ao procurar uma das unidades de polícia territorial.

Unindo-se a esta corrente de paz, o DECAP almeja conquistar o respeito e a credibilidade do ordeiro povo paulistano.

Atenciosamente, Denise Donetts Diniz Delegada de Polícia DECAP

## 6. Polícia Militar



A Polícia Militar parabeniza aos integrantes do Comitê de Controle de Armas e Desarmamento do Gabinete de Gestão Integrada, que durante esses 2 anos do início dos trabalhos, proporcionou grandes ganhos em benefícios da sociedade paulistana.

Ficou evidente que as reuniões ocorridas nesse período, além de proporcionar maior harmonia e integração entre os representantes das diferentes esferas governamentais, trouxe uma grande evolução no trâmite para

entrega, guarda, fiscalização, campanhas e destruição das armas.

A formação do Comitê de Armas e Desarmamento, além de trazer benefícios para a sociedade, fez com que cada representante das Instituições, contribuísse de maneira ímpar para a questão do controle de armas e desarmamento, e desta forma podendo entender a real importância de cada Instituição.

Esse modelo de conscientização que o grupo demonstrou nos encontros, sempre em busca de soluções voltado para o controle de armas e desarmamento, tem que ser levado para todo o País, pois quem ganha é a Sociedade. Mais Controle, Menos Armas, Mais Vidas Preservadas.

A Polícia Militar tem se empenhado na questão das apreensões de armas de fogo, por meio do emprego do policiamento ostensivo, retirando de circulação uma média anual de 4 mil armas das ruas da cidade de São Paulo e em todo o Estado uma média anual de 14 mil armas de fogo.

Hoje todas as Unidades da Polícia Militar do Estado de São Paulo estão engajadas na Campanha do Desarmamento.

## 7. Polícia Técnico-Científica



SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA



O controle de armas, não só na cidade de São Paulo, como a nível mundial, depende de interesses, muitas vezes superiores a nossa vontade, porém só o fato de estarmos mobilizados nesta campanha e podermos contribuir de alguma forma para a diminuição da violência e do uso de armas de fogo, já nos deixa orgulhosos.

Com a oficialização do Comitê do Controle de Armas e Desarmamento, observamos uma maior consolidação dos projetos e com o comprometimento dos Órgãos Públicos integrantes, promovendo a agilidade na troca de informações e esclarecimentos que auxiliam em todos os aspectos, conferindo legitimidade às ações integradas e com maior capacidade de resposta.

Nos encontros mensais existe a oportunidade de troca de informações, resoluções de problemas e questionamentos ou mesmo a indicação de caminhos mais

proveitosos para a finalidade específica, sendo um meio importante para a integração dos representantes e, por conseguinte, das Entidades. Podemos perceber uma integração substancial de todos os representantes, por meio de comunicação direta ou através dos gestores, transformando as dificuldades em fatores passíveis de soluções imediatas ou a curto prazo.

As resistências naturais das Instituições, quanto à demonstração e transparência de dados, estão sendo quebradas, pela mostra sensível de resultados do plano, porém há a necessidade de persistência e constante acionamento propiciando a continuidade dos trabalhos e cada vez mais integração.

Dra. Sonia Maria Bocamino Viebig  
Perita Criminal- Diretora do Núcleo de Balística  
Superintendência de Polícia Técnico-Científica – Instituto de Criminalística - CEAP

## 8. Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do Governo do Estado de São Paulo



Maria Isabel Lopes da Cunha Soares  
Coordenadora Estadual do Programa Centro de Integração da Cidadania

O Centro de Integração da Cidadania é um programa do governo do Estado de São Paulo, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, nos termos do Decreto n.º 46000 de 15/08/200, que tem como missão promover o exercício da cidadania por meio da participação popular e garantir formas alternativas de acesso à Justiça. Possui 10 (dez) postos fixos localizados em regiões de alta vulnerabilidade social. O Programa tem os seguintes princípios norteadores:

- Promoção da Cultura de Paz: prevenção de conflitos interpessoais e/ou de grupos; implementação de alternativas comunitárias de prevenção e solução de conflitos;
- Articulação política e comunitária: participação de associações populares no planejamento, execução e avaliação das ações desempenhadas; integração e colaboração entre órgãos e entidades estatais para a prestação de serviços; estímulo à organização popular;
- Aproximação entre Estado e Sociedade: localizado em regiões carentes e com pouca oferta de serviços públicos; qualidade na prestação de serviços; desconcentração/descentralização do atendimento ao cidadão.

Em 2009, seguindo esses princípios o CIC se engajou, por meio de sua equipe, nas discussões para a elaboração do Plano Local de Controle de Armas. Mas isso ainda era pouco diante do desafio de se construir uma cidade mais pacífica, voltada para a de-

defesa dos direitos humanos e, sobretudo para a preservação da vida.

Foi então que em 2011 a participação do CIC se deu de forma mais efetiva, envolvendo dois postos fixos do Programa na Campanha do Desarmamento. Os postos do CIC, pelo fato de pertencerem a uma Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, não se caracterizando eminentemente como espaços de segurança pública, estão inseridos nas comunidades e são bastante conhecidos pela população. A ideia de oferecer os postos como locais para entrega voluntária de armas era uma aposta na confiança depositada nas ações de cidadania e direitos humanos do CIC para que o cidadão se sentisse seguro e confiante para entregar uma arma.

Foi uma aposta certa; os resultados dessa experiência piloto foram expressivos. Em menos de dez dias, foram recolhidas cerca de 20 armas de fogo na região e mais de 200 munições nos seis postos da Campanha (dois CICs, três delegacias da Polícia Civil e uma Inspeção da GCM). Isso tudo significou um recolhimento cinco vezes maior do que o número de armas entregues voluntariamente no ano de 2010 inteiro nesta região e superior ao total de armas recolhidas entre janeiro de 2009 e abril de 2011.

Os resultados mostram que o trabalho articulado de sensibilização, divulgação e facilitação do processo de entrega de uma arma é o caminho para ações bem sucedidas.

Diante disso, o Programa CIC resolveu ampliar sua participação em 2012 e colocou a disposição da Campanha os cinco maiores postos da capital, distribuídos nas regiões Norte, Sul, Leste e Oeste e aumentou o tempo da Campanha para seis dias.

Nessa nova ação de 2012, além do CIC e do Sou da Paz, outras instituições se uniram ao projeto: Defensoria Pública do Estado de São Paulo e Polícia Militar e mais o apoio institucional da GCM. Foi a Campanha Unidos pelo Desarmamento.

Para essa nova empreitada, o Sou da Paz e o CIC promoveram a capacitação de defensores públicos e Policiais Militares que prestam serviços nos postos do CIC sobre a importância do desarmamento e sobre todo o trâmite para recolher as armas; foram organizadas e articuladas de forma conjunta entre os diretores dos postos do CIC, foram feitas palestras de sensibilização e esclarecimentos sobre o tema para a população em geral; o livro “Reflexões dos Defensores Públicos do Estado de São Paulo sobre o Estatuto do Desarmamento” foi publicado e por fim, os PMs dos postos foram capacitados e cadastrados para operar no Sistema Desarma.

O trabalho bem planejado e articulado entre as várias instituições, a forte divulgação na mídia e a transparência nos procedimentos geraram maior possibilidade de controle social e conseqüentemente o aumento da confiança da comunidade para o ato da entrega. Conforme demonstra o quadro a seguir, os resultados em 2012 foram ainda mais expressivos.

Armas arrecadadas 13 - 18 de Agosto 2012 - Campanha de Desarmamento							
Local	13/ago	14/ago	15/ago	16/ago	17/ago	18/ago	Total
CIC Oeste	6	4	-	2	-	2	14
CiC Norte - Jova Rural	1	3	5	6	-	1	16
CIC Leste - Itaim Paulista	2	1	3	-	7	-	13
CIC Sul	1	-	1	2	-	13	17
CIC Felício da Vila	-	1	-	1	1	2	5
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>11</b>	<b>8</b>	<b>18</b>	<b>65</b>

Munições arrecadadas 13 - 18 de Agosto - Campanha de Desarmamento							
Local	13/ago	14/ago	15/ago	16/ago	17/ago	18/ago	Total
CIC Oeste	25	2	-	5	-	6	38
CIC Norte - Jova Rural	6	11	57	99	-	45	218
CIC Leste - Itaim Paulista	33	-	7	-	6	-	46
CIC Sul	-	-	-	57	-	264	321
CIC Feitico da Vila	-	-	-	7	-	14	21
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>13</b>	<b>64</b>	<b>168</b>	<b>6</b>	<b>329</b>	<b>644</b>

No intuito de continuar a cumprir sua missão, pautado nos princípios de promoção de Cidadania, Direitos Humanos e Cultura de Paz, o CIC se coloca a serviço da Campanha para que novas ações potencializadoras da entrega voluntária de armas sejam desenvolvidas em 2013.

## 9. Departamento de Inquéritos Policiais e Corregedoria da Polícia Judiciária



O Departamento de Inquéritos Policiais e Corregedoria da Polícia Judiciária (Dipo) da capital é um órgão que reúne todos os flagrantes referentes a crimes dolosos ocorridos na capital (com exceção daqueles decorrentes de crimes dolorosos contra a vida e os previstos na Lei Maria da Penha). Vale ressaltar que esse arranjo, dentro do Estado de São Pau-

lo existe apenas na capital devido ao grande volume de inquéritos da capital.

O Departamento de Inquéritos Policiais e Corregedoria da Polícia Judiciária (Dipo) da capital é um órgão que reúne todos os flagrantes referentes a crimes dolosos ocorridos na capital (com exceção daqueles decorrentes de crimes dolorosos contra a vida e os previstos na Lei Maria da Penha). Vale ressaltar que esse arranjo, dentro do Estado de São Paulo, existe apenas na capital devido ao grande volume de inquéritos da capital.

Após o provimento do Conselho Superior da Magistratura (1924/2011) e da decisão do Tribunal de Justiça em dar uma solução rápida para a questão do armazenamento de armas do judiciário, esse departamento ficou responsável no judiciário paulista por desenhar uma estratégia em parceria com a Polícia Militar e Exército, para que as armas dos Fóruns fossem recolhidas por região e transportadas de forma gradativa e com escolta da Polícia Militar para a região metropolitana de São Paulo.

Uma vez dimensionado sobre o tamanho deste arsenal foi necessário planejar e organizar a entrega destas armas ao Exército, que por sua vez, após conferir e receber este material teve que programar a destruição. Vale ressaltar que a quantidade de armas encaminhada apenas pelo Tribunal de Justiça, no primeiro semestre de 2012, equivaleu praticamente ao número de armas destruídas pelo Exército no Estado no ano anterior

## 10. Instituto São Paulo Contra a Violência – Disque Denúncia

### **Instituto São Paulo Contra a Violência**

O Instituto São Paulo Contra a Violência (ISPCV) participa do Gabinete de Gestão Integrada do município de São Paulo desde 2009, envolvendo-se ativamente nas

reuniões e compartilhando com seus membros – sempre que solicitado – informações estatísticas sobre violência e criminalidade obtidas através de seu principal projeto: o serviço telefônico Disque Denúncia 181. Sendo membro da Rede Desarma Brasil em âmbito nacional e tendo participado historicamente de diversas iniciativas relacionadas a essa temática, o ISPCV juntou-se ao Grupo Técnico no momento de sua institucionalização enquanto “Comitê de Controle de Armas e Desarmamento de São Paulo”.

Desde sua nomeação como membro do Comitê, o envolvimento do Instituto São Paulo Contra a Violência trouxe sensíveis conseqüências práticas para a organização. Como exemplo, por meio de parceria celebrada com o Instituto Sou da Paz, foi oferecida uma capacitação sobre o tema do controle de armas para os níveis de coordenação e supervisão do serviço Disque Denúncia, os quais multiplicaram as informações recebidas para os atendentes responsáveis pelo recebimento das denúncias dos cidadãos.

Esta capacitação, ocorrida em junho de 2012, abordou temas como as inovações trazidas pelo Estatuto do Desarmamento e os tipos de crime a ele relacionados, a importância do controle e redução da circulação de armas de fogo, a diferença entre os conceitos de porte e posse, além de informações sobre a Campanha de Entrega Voluntária de armas. Como resultado da apropriação destes novos conhecimentos, a própria coordenação do serviço sugeriu mudanças no roteiro de perguntas feitas pelos atendentes aos denunciadores, a fim de melhorar a qualidade das informações recebidas sobre Armas de Fogo. No mesmo sentido, os atendentes foram orientados a – sempre que pertinente – informar os denunciadores sobre os canais de divulgação da Campanha do Desarmamento.

Outra importante decorrência da participação do instituto neste espaço refere-se ao acompanhamento e análise das denúncias recebidas pelo Disque Denúncia 181. Embora dados sobre a quantidade de denúncias relacionadas a Armas de Fogo já fossem identificados mensalmente nos relatórios do serviço, a oportunidade de trabalho destes números no ambiente do Comitê fez com o que o instituto passasse a se preocupar com o levantamento de informações mais elaboradas. É com esse intuito que, por exemplo, o ISPCV compartilha hoje com o grupo dados estatísticos sobre a quantidade e características de armas e munições apreendidas por meio das denúncias.

Durante este ano, foi também sensível para o instituto a evolução das relações entre as entidades participantes do Comitê, as quais puderam estabelecer um ambiente de confiança e de troca, em um importante processo de conhecimento mútuo e compartilhamento de expectativas e dificuldades. A participação no “Comitê de Controle de Armas e Desarmamento de São Paulo”, portanto, impactou muito positivamente a atuação do Instituto São Paulo Contra a Violência no tema.





**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
SEGURANÇA URBANA

**Equipe Técnica da Secretária Municipal  
de Segurança Urbana**

**Assessoria de Imprensa e Comunicação**  
Coordenadora Mariana Rodrigues Burbela

Monique Correa Gonçalves  
Mônica Hernandes Fernandes Casanova  
Marcus Vinicius dos Santos  
Augusto Frederico Antunes

**Coordenadoria da Publicação**  
Instituto Sou da Paz

**Apoio**  
Cesar Alves Ferragi

**Capa, Projeto Gráfico e Digramação**  
Luciana Carolina Garcia

**Parceiros do Gabinete**

**Impressão Digital e Acabamento**  
Imprensa Oficial do Estado de São Paulo